



PLANO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL
SUSTENTÁVEL DE SUZANO
2026-2029

SUZANO/SP

2025

1º PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE SUZANO/SP

1º EDIÇÃO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUZANO

Pedro Charles Shirakawa Ishi

VICE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUZANO

Said Raful Neto

SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMADS)

Geraldo Garippo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)

Renata Priscila Valencio Magalhães

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Diego Alves Ferreira

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO (SMDEGE)

Mauro Rodrigues Vaz

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Diretor: Minor Harada

FUNDO SOCIAL DE SUZANO

Déborah Raffoul Ishi

CAISAN – CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SUZANO. INTEGRANTES:

SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMADS)

Geraldo Garippo

Carlos Alberto Santiago de Araujo

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO (SMDEGE)

Mauro Rodrigues Vaz

Deived da Costa Lopes

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)

Renata Priscila Valencio Magalhães

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Diego Alves Ferreira

FUNDO SOCIAL DE SUZANO

Déborah Raffoul Ishi

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA/SUZANO.

INTEGRANTES:

Presidente: Valmor João Preis

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

SMADS titular: Carlos Alberto Santiago de Araujo

SMADS suplente: Rafael Ramalhos Alves

SME titular: Vera Lúcia Borges Nascimento

SME suplente: Samara Fernandes Barros

SMDEGE titular: Deived da Costa Lopes

SMDEGE suplente: Arrones Daines Junior

SOCIEDADE CIVIL:

UNIPIAGET BRASIL titular: Daniella Moreira

UNIPIAGET BRASIL suplente: Cristiane Evangelista Oliveira Teles

COMUNIDADE KOLPING DO JARDIM SÃO JOSÉ titular: Núbia Alves Santiago

COMUNIDADE KOLPING DO JARDIM SÃO JOSÉ suplente: Marluce Assunção de Souza Silva

AAMAE titular: Silvia Aparecida do Carmo Rangel

AAMAE suplente: Larissa Joyce Nunes de Araujo Gomes

CÁRITAS REGIONAL DE SUZANO titular: Valmor João Preis

CÁRITAS REGIONAL DE SUZANO suplente: José Luiz Bissaco

FUNDAÇÃO MGI titular: Soraia Rodrigues Gomes

FUNDAÇÃO MGI suplente: Elaine Rodrigues Gomes

AADVIS titular: Jânia Aparecida Dias Rocca

AADVIS suplente: Neli Etelvina da Silva

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	5
2.	JUSTIFICATIVA.....	7
2.1.	A segurança alimentar no Brasil.....	7
2.2.	A segurança alimentar em Suzano	8
3.	OBJETIVO	10
4.	DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SUZANO	11
4.1.	História e caracterização do Município de Suzano	11
4.2.	Vulnerabilidades e riscos de proteção social	12
4.3.	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social e o retrato de Suzano	14
4.4.	Indicadores de pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único	17
4.5.	Trabalho e renda	17
4.6.	Educação e a segurança alimentar.....	18
4.6.1.	Programa Nacional De Alimentação Escolar (PNAE).....	18
4.6.2.	Covid e educação.....	21
4.7.	Saneamento e meio ambiente	21
4.8.	Assistência social	23
4.8.1.	Programas socioassistenciais	26
4.8.1.1.	Programa Bolsa Família e Cadastro Único	26
4.8.1.2.	Benefícios eventuais	26
4.8.1.3.	Transferência de renda	26
4.8.2.	COVID e a assistência social	27
4.9.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego ...	28
4.9.1.	Agricultura no Município de Suzano	28
4.9.2.	Assistência técnica e extensão rural no Município de Suzano	29
4.9.3.	Programa de Aquisição de Alimentos -PAA Federal.....	29
4.9.4.	Programa Municipal De Aquisição De Alimentos (PMAA)	30
4.9.5.	Banco de Alimentos de Suzano	31
4.10.	Fundo de Social de Solidariedade.....	31
4.11.	Secretaria Municipal de Saúde	32
4.11.1.	Mortalidade infantil	34
4.11.2.	A Vigilância em Saúde	35
4.12.	Controle social e legislação	36
4.13.	Abastecimento	36
4.13.1.	Feiras livres municipais	36

4.14.	Outros equipamentos e programas de segurança alimentar existentes no Município de Suzano	37
4.14.1.	Programa Bom Prato	37
4.14.2.	Restaurante Popular	38
4.14.3.	Viva Leite	38
4.14.4.	Hortas comunitárias e escolares	41
5.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	41
6.	PLANO DE AÇÕES E METAS.....	43

1. APRESENTAÇÃO

Considerando o Art. 3o da Lei Federal que estabelece a política nacional de segurança alimentar e nutricional – PNSAN, que tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dos Planos nas demais esferas, inclusive municipal:

I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3o, inciso I, do Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei no 11.346, de 2006; e

VIII - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Considerando que o Município de Suzano aderiu ao SISAN em fevereiro de 2024 e assumiu o compromisso de instituir seu Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), visando o combate à fome, a desnutrição e a insegurança alimentar é que neste documento é apresentado o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de SUZANO para o quadriênio 2026-2029, resultado de construção técnica junto a diversos departamentos, consultas a órgãos diversos e consulta popular.

A Prefeitura de SUZANO, através das Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e o Fundo Social de Solidariedade tem executado diversas ações de promoção da Segurança Alimentar e também fomentado com participação social, através do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, para a discussão de estratégias e ações de enfrentamento à situação de insegurança alimentar e nutricional.

O presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional:

I – Contem análise da situação municipal da segurança alimentar e nutricional;

II – É quadrienal e ter vigência correspondente ao PPA;

III - Consolida os programas e ações relacionados às diretrizes de SAN e indica as prioridades, metas e requisitos orçamentários para a sua execução;

IV - Explicita as responsabilidades dos órgãos e entidades que atua na SAN e os mecanismos de integração;

V - Incorpora estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero; e

VI - Define seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A segurança alimentar no Brasil

O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional foi implantado no Brasil em 2003, através do Programa Fome Zero com o desafio de tornar o acesso à alimentação de qualidade como direito a toda população.

A cada ano 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são perdidas ou desperdiçadas no mundo. Apesar de os países adotarem diferentes padrões agrícolas, todos desperdiçam comida em maior ou menor volume. Dados da FAO revelam que um terço dos alimentos produzidos no mundo é perdido durante os processos de produção e venda, o equivalente a US\$1 trilhão, disso fica óbvio que uma das ações de combate à fome pode se dar através do combate ao desperdício de alimentos e da promoção da cidadania e da educação alimentar.

No Brasil a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, cria o Sistema de Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN que norteia toda a política nacional de segurança alimentar. A segurança alimentar e nutricional (SAN) é um dos problemas mais importantes de saúde pública em todo o mundo. Nos tempos modernos, a distribuição dos alimentos é global, por isso, um alimento sem a correta produção, distribuição, processamento, armazenamento torna-se um perigo para a saúde.

A maior parte das doenças relacionadas com alimentos é causada pela ingestão de produtos contaminados por bactérias patogênicas, fungos, vírus, parasitas ou toxinas produzidas por microrganismos. As causas são, frequentemente, a falta de higiene, a falta de controle e a incorreta armazenagem ou preparação. As doenças provocadas pelos alimentos também estão dependentes do fato das colheitas e dos produtos frescos terem estado ou não expostos a químicos tóxicos, metais pesados, pesticidas ou resíduos farmacológicos e obviamente da qualidade da água utilizada em todos os processos.

Com o desenvolvimento dessa política nos últimos 18 anos, o Brasil reduziu pela metade a parcela da população que sofre com a fome, alcançou um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que as Nações Unidas estabeleceram até 2015 e saiu do Mapa da Fome, conforme aponta o relatório desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Tal fato foi possível graças a um conjunto de políticas públicas que garantiram o aumento de renda dos mais pobres e um aumento da oferta de alimentos, que consolidaram a rede de proteção social, como revalorizar o salário-mínimo, investimentos em agricultura familiar e programas de transferência de renda, que levaram o Brasil a superar a pobreza extrema, esse trabalho ainda é um desafio que deve ter continuidade e monitoramento.

Após sair do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, o país voltou a figurar nesse índice a partir de 2015, com um agravamento notável durante a pandemia de COVID-19. Em 2022, estimava-se que 33,1 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, representando 15,4% da população. No entanto, dados mais recentes indicam uma melhora

significativa. De acordo com o relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" (SOFI 2024), publicado em julho de 2024, a insegurança alimentar severa no Brasil diminuiu 85% em 2023. Isso significa que aproximadamente 14,7 milhões de pessoas deixaram de enfrentar a fome, reduzindo a porcentagem da população nessa condição de 8% para 1,2%.

Pelas projeções a partir do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo", o Sofi, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), o triênio 2023, 2024 e 2025 vai apresentar uma prevalência média de subnutrição de 2,4%, o que retiraria o país do Mapa da Fome novamente, como ocorreu em 2014. O critério da FAO é de 2,5%.

O governo brasileiro atribui essa melhoria à implementação de políticas públicas focadas na segurança alimentar e na redução da pobreza, tais como programas como o Bolsa Família e iniciativas de compras governamentais de alimentos de agricultores familiares. Embora os avanços sejam promissores, o governo brasileiro mantém o compromisso de continuar implementando políticas públicas para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma alimentação adequada e saudável.

2.2. A segurança alimentar em Suzano

O presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é uma conquista política e social importante, e mostra o fortalecimento de um trabalho intersetorial integrado, com vistas à implementação das ações voltadas para a área de Segurança Alimentar e Nutricional. O maior desafio para a efetivação do plano é a consolidação de ampla pactuação social, de poder público e sociedade civil, empresários e cidadãos na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é caracterizado como um processo dinâmico e participativo, sendo assim, este documento permite a revisão permanente dos objetivos, prioridades, estratégias e ações que contribuam para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, conforme previsto e regulamentado pela Lei Federal nº 11.346 de 2006.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional expressa ações a serem desenvolvidas no município de SUZANO, que visam a melhoria das condições de acesso a uma alimentação adequada em quantidade suficiente e com qualidade, estando assim em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo também aprovação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, sendo sua elaboração resultado da análise das ações já realizadas no município, de indicadores e insegurança alimentar.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ainda institui que o cumprimento das diretrizes estabelecidas deverá ser monitorado e sua eficácia avaliada permanentemente para com isso garantir que as estratégias públicas para promover o direito à alimentação adequada, fortalecimento da agricultura familiar, abastecimento e atendimento das populações em situação de vulnerabilidade, tenham sido atingidas através da mobilização coletiva e intersetorial integrando e articulando os esforços entre as várias áreas do Governo e da Sociedade Civil.

Tem-se verificado a existência de diversas situações com significativa ocorrência que impactam na insegurança alimentar, destas situações, dentre outras tantas, merecem destaque as enumeradas abaixo:

1- A falta ou dificuldade de acesso aos alimentos com quantidade, regularidade e qualidade, de uma forma geral, repercutindo em situações de fome, insegurança alimentar e/ou desequilíbrio nutricional;

2- O desconhecimento sobre a alimentação adequada, balanceada e saudável e práticas culturais relacionadas com a higienização dos alimentos e seus preparos, muitas vezes leva ao desenvolvimento de doenças crônicas, tendo como principal destaque a obesidade;

3- A irregularidade no acesso a água de qualidade por algumas comunidades;

4- O elevado custo dos alimentos.

Diante destas questões o município de SUZANO apresenta o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional visando minimizar as situações que geram a insegurança alimentar de seus cidadãos.

3. OBJETIVO

Formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional - PLAMSAN; estimular a integração dos esforços entre governo municipal e sociedade civil na promoção do direito à alimentação e promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no município de SUZANO.

Em Sintonia com o Decreto federal 7.272 que regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

O PLAMSAN 2026-2029 foi construído com base em 8 diretrizes classificadas no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN:

I - Promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não governamentais;

II - Descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;

III - Monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando subsidiar o ciclo de gestão da política em âmbito municipal;

IV - Conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;

V - Articulação entre orçamento e gestão;

VI - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis e de modo articulado;

VII - A promoção da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

VIII - A produção de conhecimento e o acesso à informação.

4. DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SUZANO

O Diagnóstico de Segurança Alimentar em nosso município, por ser um processo amplo e intersetorial, foi realizado, neste primeiro momento de forma parcial, ou seja, apenas com informações da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego, Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Social de Solidariedade, Rede Estadual de Ensino, Programas Estaduais Bom Prato e Viva Leite. Não incorporando neste momento as contribuições dos demais atores que promovem ações de segurança alimentar como demais entidades não governamentais.

Também colaboraram com o Diagnóstico dados quantitativos e qualitativos de outros organismos nacionais.

O trabalho é pautado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional –LOSAN 11.346/2006, e no levantamento de dados realizados no território da rede dos serviços socioassistenciais municipais das Secretarias Municipais citadas e demais fontes de consulta, pesquisas, relatórios técnicos e científicos, anuários estatísticos como do IBGE, IPEA, Fundação SEADE, PNUD, Secretaria Estadual e órgãos estaduais, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social-IPVS.

4.1. História e caracterização do Município de Suzano

Como município, Suzano foi formalizado em 1948, desmembrando-se como distrito do município de Mogi das Cruzes, mas com abrangência territorial menor do que tem hoje, cujos contornos atuais foram sendo delineados a partir de 1981, quando os distritos de Palmeiras de São Paulo e Boa Vista Paulista foram anexados, sendo que parte dos limites municipais com Mogi das Cruzes e Itaquaquecetuba só foram definidos em meados da década de 2000. Uma informação simbólica do processo de formação recente do da própria identidade da cidade é que a própria grafia do seu nome só foi formalizada em 1992, pois até então era legalmente reconhecida como “Suzano”.

Na pesquisa sobre a evolução da gestão do trabalho social com famílias em Suzano, a assistente social Maria Auxiliadora Pereira da Silva sistematizou da seguinte forma a história de formação da cidade, tendo como fonte a Câmara Municipal de Suzano.

Existem algumas versões da história de Suzano, no entanto, a que explica melhor a história da cidade é a da Câmara Municipal. Segundo a versão da Câmara Municipal, embora Suzano seja uma cidade criada já na época da república brasileira (1908), seus primórdios estão na monarquia e no trabalho de catequese dos jesuítas. O fundador do povoado que viria a se transformar no Município de Suzano foi o padre jesuíta Francisco Baruel, que tinha por missão a catequese dos indígenas. Os primeiros registros históricos datam dos primórdios da década de 1870, quando são implantados os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio de Janeiro. Alguns anos mais tarde, em 1879, estabelece-se na região Antônio Marques Figueira, feitor da Estrada de Ferro. Portanto, a criação de Suzano coloca-se na esteira das cidades criadas ao longo do caminho São Paulo-Rio de Janeiro, em período da monarquia.

Em 1885, chega à região seu irmão, Tomé Marques Figueira, que muito contribui para o povoado. Em 1890, os dois irmãos mandam elaborar a planta da cidade, trabalho executado pelo

conde Romariz. A primeira denominação da localidade é Vila da Concórdia, nomeada posteriormente de Vila da Piedade. Com a encampação da ferrovia pela Companhia Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1891, já sob a república, consolida-se o vilarejo.

Em janeiro de 1897, foi realizada a primeira missa, na nova igreja construída pelos irmãos Marques Figueira, passando a vila a ser conhecida por São Sebastião do Guaió. Nessa época, a Estrada de Ferro Central do Brasil passa a contar com nova administração, tendo à sua frente o engenheiro Joaquim Augusto Suzano Brandão. Quando é construída uma estação na localidade, a vila, em 11 de dezembro de 1908, passa a ser chamada oficialmente pelo nome de Suzano, denominação que é mantida até hoje.

A partir daí, o povoado experimenta constante crescimento, com aumento expressivo de sua população, o que justifica sua elevação à categoria de Distrito, anexo ao Município de Mogi das Cruzes, por meio da Lei estadual 1.705, de 27 de dezembro de 1919, promulgada pelo então presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes. Também fica registrado, na história do município, o dia 8 de dezembro de 1940, data da sua elevação à condição de paróquia, quando o então arcebispo de São Paulo, d. José Gaspar d'Afonseca e Silva, assim o proclama, motivado pela importância do Distrito no contexto regional.

Após oito anos, em 8 de dezembro de 1948, Suzano atinge a condição de município, com sua emancipação de Mogi das Cruzes, por meio de lei sancionada pelo então governador do Estado de São Paulo, Ademar Pereira de Barros. Ainda conforme a versão da Câmara Municipal de Suzano as eleições para os primeiros vereadores e Prefeito Municipal foi realizada em 13 de março de 1949 e a sua posse no dia 02 de abril de 1949, tornando-se a data de comemoração do aniversário da cidade. Em 14 de abril de 1958, foi criada por lei estadual a Comarca de Suzano, cuja instalação ocorreu em 26 de maio de 1962. Desde então o Município passa por um progresso contínuo de crescimento populacional e desenvolvimento econômico e social.

4.2. Vulnerabilidades e riscos de proteção social

Suzano é um município do Estado de São Paulo, localizado na Região Metropolitana da Grande São Paulo, cuja administração compõe o Consórcio Municipal do Alto Tietê, tendo o município de São Paulo como referência de grande metrópole nacional, e compondo a microrregião de Mogi das Cruzes. A cidade tem divisas com os municípios desta região, como Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Ferraz de Vasconcelos e Poá, e do Grande ABC, como Santo André, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires. A divisão político-administrativa interna oficial da cidade é composta por 3 distritos: Suzano (central), Palmeiras de São Paulo e Boa Vista Paulista. O território é de 206,236 km², como parte do bioma da Mata Atlântica, tendo esgotamento sanitário adequado em 89,7% dos domicílios, sendo o 455º no país, e o 296º em São Paulo, e 31,1% dos domicílios atendidos por vias públicas urbanizadas consideradas adequadas, sendo o 1.161º no país, e o 220º em São Paulo.

A distribuição populacional não é homogênea entre os distritos. O distrito de Suzano (central) é o mais populoso, onde ficam as principais atividades econômicas e as conexões intermodais de transporte públicos de ônibus e vans com o trem que também leva passageiros para outras cidades do Alto Tietê e para São Paulo. O distrito de Palmeiras de São Paulo é menos denso, com crescentes novos empreendimentos oficiais e informais de moradias em meio a áreas de preservação ambiental. E o distrito de Boa Vista Paulista é mais denso, com maior concentração de áreas de ocupação em regularização, margeado por um lado pela área de

proteção da várzea do Tietê. Quase todas as moradias estão em localização urbana, ainda restando um pequeno percentual de moradias em regiões de perímetro rural.

A população da cidade em 2021 foi estimada em 303.397 habitantes, tendo evoluído de 262.480, segundo o Censo Populacional de 2010, quando figurada a 82ª posição, entre os 5.570 municípios do Brasil, e 29º, entre os 645 municípios de São Paulo, segundo informações do IBGE.

A característica da composição etária da população vem sendo alterada sistematicamente nos últimos anos. Considerando dados organizados em projeções para as próximas décadas, a partir das décadas anteriores, pela Seade (2021), a população geral cresce cada vez menos, mas o volume de indivíduos com menos de 14 anos reduz e aumenta o volume de indivíduos com mais de 60 anos, confirmando a chamada transição etária populacional, com importantes alterações nas demandas de infraestrutura e políticas de proteção e seguridade social.

Em relação ao quesito cor e raça, a população negra em situação de vulnerabilidade social, com inscrição no Cadastro Único (54%, 2021) é proporcionalmente maior do que a população da cidade que se declarou preta ou parda (44%, 2010), no censo nacional, uma diferença que aponta para uma correlação forte entre desigualdade social e racial na cidade, bem como suas consequências como determinantes e condições sociais pela maior e menor chance de inclusão social ou risco de desproteção.

Ainda com levantamentos da SMADS para a gestão do atendimento dos serviços socioassistenciais, nota-se a ampliação da população em situação de rua em vários pontos da cidade, cada vez mais diversificando da característica de pessoas transitando entre municípios em busca de condições melhores para viver para a características de pessoas que já viviam no município que enfrentam, entre outras situações, empobrecimento, conflitos ou dependência química, requerendo não só ofertas socioassistenciais eventuais para garantia de transporte ou estadia temporária, mas sim ações intersetoriais com planos e estratégias de longo prazo, ainda incipientes no município.

Vale destacar também a necessidade de compreender melhor as situações recorrentes de vulnerabilidade social relacionadas a pessoas com deficiência e suas famílias, crianças e adolescentes exploradas sob trabalho infantil e congêneres, mulheres vítimas de violência, crianças na primeira infância e seus responsáveis, jovens aliciados pelo crime organizado no tráfico de drogas, pessoas acometidas por transtornos mentais (pessoas dependentes químicas, sob risco de suicídio ou autolesão e outros transtornos mentais) e crianças e adolescentes infrequentes nas escolas, pessoas de diversas faixas etárias afetadas pelo desemprego ou com acesso dificultado a emprego e renda formais e assegurados.

A cidade é composta economicamente por atividades agrícolas, de serviços e industriais. Segundo informações da Fundação Seade sobre municípios paulistas, o Produto Interno Bruto e o valor por setor na economia de Suzano mostram a predominância de serviços (mesmo descontando a administração pública) e a indústria, com destaque para celulose/papel, química e máquinas, já não correspondendo a um passado remoto de papel proeminente da agricultura. As principais fábricas e postos de ofertas de serviços estão no distrito de Suzano, próximos à linha de trem, sendo que tem havido esforços para que sejam fortalecidos polos de serviços e industriais nos outros distritos também, como se pode observar no Plano Diretor 2018-2027.

Há uma crescente expansão de empreendimentos imobiliários privados e, apesar da redução drástica no ritmo da política de habitação popular no país, sem nova produção pública direta ou indireta de unidades habitacionais.

O município não reúne historicamente estudos detalhados e longitudinais sobre seu território e demografia, a que possamos recorrer neste momento. Há um processo de elaboração de estudos de planejamento urbano e habitacional do poder público, com o qual poderemos contar nos próximos anos, bem como a que a assistência social deve prestar informações para integrar melhor o universo dos debates sobre o desenvolvimento da cidade.

Recentemente, em abril 2022, foi concluído um primeiro diagnóstico socioterritorial municipal, realizado como parte da reimplantação da vigilância socioassistencial na gestão do Suas da assistência social de Suzano. Em agosto, este diagnóstico foi publicizado pela na seção da SMADS na página de internet da Prefeitura, que precedeu a realizadas duas oficinas de apresentação para profissionais da SMADS e das entidades de assistência social que executam serviços em parceria, tanto da proteção social básica quanto da especial. Ainda está prevista a promoção da disseminação da informação em um seminário público, ainda em 2022. O diagnóstico permite acesso a uma "leitura" da realidade em relação às ofertas e demandas de serviços e ao mesmo tempo deve subsidiar as perspectivas para esse plano.

Em relação a emprego e renda, depois de uma estagnação com leve decréscimo entre 2014 e 2016, o volume de emprego vem sendo paulatinamente recuperado, acumulando saldos positivos sucessivos entre a criação e perda de postos, com predominância de crescimento na área de serviços, cuja remuneração média é mais baixa, pequeno acréscimo na indústria, com médias salariais mais altas, e decréscimo acentuado da ocupação na agricultura, ainda que tenha tido um acréscimo nas médias de rendimentos.

Em termos educacionais, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, em 2010, segundo o censo do IBGE, era de 96,7%, ocupando 3.987ª posição entre os municípios do país, e a 559ª em São Paulo. Em 2019, o desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública de educação nos anos iniciais do Ensino fundamental foi de 6,4, a 1.365ª dos municípios do país, e 398ª em São Paulo; e nos anos finais do Ensino Fundamental foi de 5,2, a 1.077ª dos municípios do país, e a 342ª em São Paulo. Em 2020, o número de estabelecimentos de ensino fundamental era de 102 escolas, e de ensino médio [2020], 38 escolas.

Entre dados básicos de saúde, em 2019, a mortalidade infantil foi de 11,66 óbitos por mil nascidos vivos, ocupando a posição 2.685ª no país, e a 266ª em São Paulo. Extraído do Diagnóstico Socioterritorial – 2022 – Suzano.

4.3. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social e o retrato de Suzano

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) é uma ferramenta essencial para o diagnóstico e compreensão das desigualdades sociais no estado de São Paulo. Desenvolvido pela Fundação Seade, o IPVS classifica as áreas urbanas e rurais do estado em diferentes níveis de vulnerabilidade social, considerando uma série de indicadores socioeconômicos, como renda, educação, condições de habitação, acesso a serviços básicos e composição familiar. Essa classificação permite identificar regiões e grupos populacionais que enfrentam maiores desafios socioeconômicos, oferecendo um retrato detalhado das disparidades existentes.

A importância do IPVS reside em sua capacidade de fornecer dados precisos e contextualizados, que servem como base para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e direcionadas. Ao identificar as áreas e populações mais vulneráveis, gestores públicos podem

priorizar ações e recursos onde são mais necessários, promovendo intervenções que visam reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida dessas comunidades. Por exemplo, políticas de educação, saúde, habitação e geração de emprego podem ser planejadas de forma mais estratégica, considerando as particularidades de cada região.

Além disso, o IPVS contribui para a promoção da justiça social, ao evidenciar as desigualdades estruturais que perpetuam a exclusão e a marginalização de determinados grupos. Por exemplo, áreas com alta vulnerabilidade podem demandar investimentos em educação, saúde, infraestrutura e geração de emprego, enquanto outras podem precisar de programas específicos para jovens, idosos ou famílias em situação de pobreza extrema. Considerar o IPVS no planejamento de políticas de combate à desigualdade social é fundamental para garantir que as ações sejam focadas nas necessidades reais da população. Além disso, o índice contribui para o monitoramento e a avaliação das políticas já implementadas, permitindo ajustes e melhorias contínuas.

Em um contexto de crescentes desafios sociais e econômicos, o IPVS se torna um instrumento indispensável para a governança e o planejamento público. Sua consideração no processo de elaboração de políticas de combate à desigualdade social permite que as ações sejam mais inclusivas, eficientes e sustentáveis, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

O município de Suzano, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, apresentava, em 2010, uma população de 261.387 habitantes. A análise do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) revela uma realidade socioeconômica diversificada, com diferentes níveis de vulnerabilidade entre seus habitantes. O IPVS classifica a população em sete grupos, que vão desde a baixíssima vulnerabilidade até a alta vulnerabilidade, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

**Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Estado de São Paulo e Município de Suzano – 2010**



Em Suzano, a maior parte da população (34%) encontra-se no Grupo 4, que representa vulnerabilidade média em setores urbanos. Neste grupo, a renda domiciliar nominal média é de R\$1.596, e 26,7% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios é de 46 anos, e 12,4% deles têm menos de 30 anos. Além

disso, 10,6% das mulheres chefes de família têm até 30 anos, e 8,6% da população é composta por crianças menores de seis anos.

O Grupo 5, que representa vulnerabilidade alta em setores urbanos, abrange 29,3% da população de Suzano. Neste grupo, a renda domiciliar nominal média cai para R\$1.385, e 33,2% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios é de 43 anos, e 19% deles têm menos de 30 anos. As mulheres chefes de família com menos de 30 anos representam 20,2%, e 10,2% da população são crianças menores de seis anos.

O Grupo 3, que representa a população em situação de baixa vulnerabilidade, abrange 9,2% da população de Suzano, totalizando 24.146 pessoas em 2010. Neste grupo, a renda domiciliar nominal média é de R\$1.973, e 20% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios é de 42 anos, sendo que 21,7% deles têm menos de 30 anos. Entre as mulheres chefes de família, 23,2% têm até 30 anos, e 8,7% da população é composta por crianças menores de seis anos.

Os grupos de maior vulnerabilidade, 6 e 7, representam 1,2% e 1,4% da população, respectivamente. O Grupo 6, que inclui aglomerados subnormais, apresenta uma renda domiciliar nominal média de apenas R\$987, com 50,4% dos domicílios tendo renda per capita de até meio salário mínimo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios é de 42 anos, e 19,4% deles têm menos de 30 anos. As mulheres chefes de família com menos de 30 anos representam 18,3%, e 13,5% da população são crianças menores de seis anos. O Grupo 7, que representa vulnerabilidade alta em setores rurais, tem uma renda domiciliar nominal média de R\$1.160, com 40,8% dos domicílios tendo renda per capita de até meio salário mínimo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios é de 45 anos, e 16,4% deles têm menos de 30 anos. As mulheres chefes de família com menos de 30 anos representam 12,3%, e 10,7% da população são crianças menores de seis anos.

Por outro lado, os grupos de menor vulnerabilidade, 1 e 2, representam 0,5% e 24,5% da população, respectivamente. No Grupo 1, a renda domiciliar nominal média é de R\$6.326, e apenas 1,7% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios é de 53 anos, e 9,9% deles têm menos de 30 anos. As mulheres chefes de família com menos de 30 anos representam 11%, e 5,6% da população são crianças menores de seis anos. No Grupo 2, a renda domiciliar nominal média é de R\$2.938, e 10,4% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo. A idade média dos responsáveis pelos domicílios é de 49 anos, e 9,1% deles têm menos de 30 anos. As mulheres chefes de família com menos de 30 anos representam 8,8%, e 6,9% da população são crianças menores de seis anos.

Em resumo, o IPVS evidencia as disparidades socioeconômicas existentes em Suzano, com uma parcela significativa da população enfrentando condições de vulnerabilidade média a alta. Esses dados destacam a necessidade de políticas públicas direcionadas para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida dos habitantes, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Investimentos em educação, geração de emprego e renda, além da melhoria das condições de moradia e infraestrutura, são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo do município.

4.4. Indicadores de pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único

Segundo orientações do próprio Governo Federal sobre Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), ele é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que os governos de todas as esferas e a própria sociedade conheçam melhor as respectivas realidades socioeconômicas dessa população em seus territórios de abrangência. Nele são registradas informações como: características do domicílio, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Desde 2003, regulamentado pelo Decreto Federal 6.135/2007, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais e estaduais, em várias políticas sociais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão do Benefício de Prestação Continuada e da transferência de renda do então Programa Bolsa Família, este substituído pelo atual Programa Auxílio Brasil, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, este substituído pelo Casa Verde Amarela, entre outros; e no âmbito estadual, programas como o Vale Gás, São Paulo Acolhe (transferência de renda para famílias de pessoas vítimas da covid-19), Alimento Solidário, Bolsa do Povo, em substituição ao Renda Cidadã e Ação Jovem, Viva Leite, entre outros.

No município de Suzano, o Cadastro Único já é utilizado para o Passe Livre. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível municipal, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social é o gestor responsável, mantendo postos descentralizados para atendimento da população nos cinco CRAS de Suzano, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. Extraído do Diagnóstico Socioterritorial – 2022 – Suzano.

Segundo dados do Cadastro único de Suzano temos 19 % da população da cidade de Suzano está na faixa da pobreza. Temos um total de 25.000 famílias que recebem o benefício do Bolsa Família e de um total de 53.901 que estão cadastradas no Cadastro Único (jan/2025) 9.503 pessoas são beneficiadas pelo Benefício de Prestação Continuada, sendo 4.390 pessoas com deficiência e 5.113 pessoas idosas, (dez/24)

Cabe ressaltar que devido à pandemia, não foram realizados Censo 2020, mas segundo os dados de 2024 do IBGE a população estimada é de 318.765 habitantes. Fonte: Cadastro Único e IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. São Paulo: IBGE, 2022.

4.5. Trabalho e renda

A cidade de Suzano é referência no Alto Tietê pelo seu desenvolvimento econômico e social, destacando-se pela diversidade de atividades econômicas, que englobam um intenso comércio, indústrias de diversos segmentos, uma agricultura estratégica, um turismo em constante

expansão e um setor de serviços bem estruturado. Esse conjunto de fatores tem impulsionado Suzano a um crescimento expressivo nos últimos anos, consolidando sua posição de destaque na região.

Com uma população estimada em 315 mil habitantes, o município projeta para 2025 um orçamento de R\$ 1,6 bilhão, refletindo uma gestão fiscal consistente e voltada para o desenvolvimento sustentável. O Produto Interno Bruto (PIB) de Suzano alcança a marca de R\$ 10,7 bilhões, enquanto a renda per capita dos habitantes gira em torno de R\$ 35 mil, o que evidencia a evolução econômica da cidade e a melhoria das condições de vida de sua população.

No cenário estadual, Suzano ocupa a 34ª posição entre as cidades mais ricas de São Paulo e está entre as 100 mais ricas do Brasil, figurando na 87ª posição nacional. Esse crescimento econômico é acompanhado por avanços importantes na geração de empregos. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o município apresentou um saldo positivo de 1.610 novas vagas de emprego em 2024, confirmando sua capacidade de atrair investimentos e fortalecer o mercado de trabalho local.

Outro indicador que ressalta a qualidade de vida em Suzano é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que atualmente é de 0,765, sendo classificado como alto. Esse índice reflete a melhoria contínua nas áreas de educação, saúde e renda, elementos fundamentais para garantir o bem-estar e o progresso dos suzanenses.

Suzano segue como um exemplo de município dinâmico e promissor, combinando crescimento econômico com investimentos em infraestrutura, políticas públicas de inclusão e oportunidades de desenvolvimento para seus cidadãos.

4.6. Educação e a segurança alimentar

4.6.1. Programa Nacional De Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), anteriormente conhecido como “merenda escolar”, é um programa de transferência de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sua origem remonta à década de 1940. Ao longo dos anos, o programa passou por várias atualizações, sendo a mais recente a Resolução 6, de 8 de maio de 2020, que foi fruto de um processo coletivo e trouxe melhorias significativas à qualidade nutricional da alimentação escolar, como a proibição de ultraprocessados e açúcares até os 3 anos de idade, além da restrição para as faixas etárias subsequentes.

O município de Suzano conta com um Sistema Municipal de Ensino que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) e modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Com 73 escolas municipais e 28 escolas comunitárias, atendemos atualmente cerca de 26.161 estudantes. Além disso, prestamos atendimento às crianças matriculadas na rede estadual de Suzano, por meio de um convênio com o governo estadual, conforme estabelecido no Art. 12º da Resolução CD/FNDE nº 6/2020, totalizando um público de 38.566 alunos. Assim, entre as

redes municipal e estadual, somos responsáveis pelo fornecimento de aproximadamente 110 mil refeições diárias.

As refeições das creches são organizadas em oito tipos de cardápios, conforme a faixa etária das crianças. Para os menores de 6 meses, são oferecidas de 4 a 5 mamadeiras por dia. Para a faixa de 6 a 8 meses, é oferecido um cardápio de introdução alimentar, e para crianças de 8 a 12 meses, um cardápio adaptado ao período integral. De 1 a 3 anos, o cardápio inclui café da manhã, almoço com sobremesa de fruta, fruta no lanche da tarde e pré-jantar. Para as crianças do G1, G2 e G3, em período parcial, o cardápio inclui, café da manhã e almoço, ou almoço com fruta de lanche, dependendo do turno. No caso da jornada estendida, que é um projeto de contraturno, os alunos têm a oportunidade de participar de aulas com oficinairos, e cardápio consiste em café da manhã, almoço e lanche, ou café da manhã, almoço e pré-jantar.

As Escolas Municipais de Educação Infantil oferecem 4 modelos de cardápios, adaptados às diferentes jornadas das crianças. O modelo parcial manhã inclui café da manhã e almoço, enquanto o modelo parcial tarde consiste em almoço e, em alguns dias, frutas de sobremesa. O cardápio das escolas estaduais é composto por três modelos, adaptados às diferentes jornadas. O cardápio para unidades escolares inclui café da manhã e almoço.

O cardápio parcial oferece apenas o almoço, com a inclusão de frutas em alguns dias. Já o cardápio das escolas integrais contempla café da manhã, almoço e lanche da tarde. Todos os cardápios são elaborados e calculados conforme as diretrizes do PNAE Resolução nº 2, de 10 de março de 2023, garantindo uma alimentação equilibrada que atenda às necessidades diárias de cada faixa etária, promovendo o desenvolvimento saudável das crianças.

Para atender a essa demanda, o Setor de Alimentação Escolar é composto por uma diretora de alimentação escolar, uma nutricionista responsável técnica, quatro nutricionistas do quadro técnico, duas supervisoras técnicas em nutrição, uma estagiária de nutrição e quatro funcionárias administrativas.

A diretora do setor de alimentação é responsável pela gestão administrativa e orçamentária da execução do PNAE no município, incluindo o planejamento, supervisão, coordenação, articulação com outros setores, monitoramento e avaliação, respondendo diretamente à Secretaria de Educação.

As nutricionistas do quadro técnico são encarregadas da elaboração e execução dos cardápios das escolas municipais e estaduais, para todas as faixas etárias (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA), além da coordenação da avaliação nutricional dos alunos e do desenvolvimento de projetos de Educação Alimentar e Nutricional. Elas identificam estudantes com necessidades alimentares especiais e fornecem alimentação diferenciada, conforme a Resolução 12.982/2014 do CD/FNDE. Além disso, as nutricionistas participam da Comissão da Agricultura Familiar e de todas as etapas do processo de aquisição de alimentos, planejando, coordenando e aplicando testes de aceitabilidade, orientando sobre a higienização de ambientes, o armazenamento de alimentos, equipamentos e utensílios, e realizando treinamentos para cozinheiros escolares, bem como assessoria ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE), quando necessário. Vale ressaltar que todas as atribuições são respaldadas pela Resolução CFN nº 788/2024.

A nutricionista responsável técnica, além de desempenhar todas as funções atribuídas ao quadro técnico e coordenar sua equipe, é também responsável pela elaboração e execução do cardápio das creches, pelo desenvolvimento do plano anual de trabalho das nutricionistas e pela atuação técnica no processo de licitação e compra direta da agricultura familiar, visando a aquisição de gêneros alimentícios e outros itens de interesse do setor. Ela elabora descritivos detalhados com especificações e quantitativos, além de coordenar o processo de avaliação das amostras.

As supervisoras de alimentação escolar são responsáveis pelas visitas técnicas às unidades, sempre acompanhadas por uma nutricionista, e pelo contato direto com os cozinheiros, fornecendo orientações e mediando situações. Os funcionários administrativos lidam com as atividades de gestão financeira, controle de pedidos e atas, gestão de pessoas, entre outras tarefas correlatas. Atualmente, nossa rede conta com 550 cozinheiras, sendo 396 delas ativas nas unidades municipais e estaduais.

Para atender às diretrizes do programa, conforme a Resolução 12.982/2014 do CD/FNDE, oferecemos atendimento especializado aos alunos com necessidades alimentares especiais, que atualmente são 846 estudantes com diagnósticos diversos, como alergias e intolerâncias alimentares, diabetes mellitus e transtorno do espectro autista, entre outros.

De acordo com a Resolução 6 de oito de maio de 2020, que regulamenta o PNAE, atingimos a meta de destinar pelo menos 30% dos recursos para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Esse percentual tem aumentado ao longo dos anos, e, conforme as normas do programa, os agricultores familiares de Suzano têm prioridade nas aquisições. Assim, adquirimos alimentos produzidos localmente, como folhosas (alface, couve, repolho, salsa, coentro, cebolinha) e legumes (abobrinha, pepino, chuchu, pimentão, beterraba), diretamente para a alimentação dos alunos. No exercício de 2024, atingimos 36,07% de recursos destinados à agricultura familiar, adquirindo alimentos de 31 agricultores familiares do município e de sete cooperativas de agricultores familiares.

No contexto Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a alimentação escolar possui dois aspectos importantes, o primeiro é o direito dos educandos a alimentação adequada, a qual nem sempre a criança tem acesso em sua casa, resultando no cuidado em atingir as recomendações energéticas e de nutrientes específicos para a faixa etária em cada cardápio e pode ser defendido como uma atividade pedagógica, pois estimula a integração de temas relativos à alimentação e nutrição no currículo escolar.

Desta forma a alimentação escolar pressupõe um espaço para o desenvolvimento de atividades de promoção da saúde, construção de conhecimentos e de aprendizagem na escola. A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) possui como potenciais resultados a valorização das culturas, o fortalecimento de hábitos regionais, a diminuição no desperdício de alimentos e o incentivo ao consumo de alimentos oriundos de produções sustentáveis. Ademais, a EAN pode incentivar a reflexão sobre a alimentação de forma ampliada, considerando as dimensões ambientais, biológicas, econômicas, políticas e socioculturais, de forma articulada com as diferentes áreas de conhecimento previstas nos currículos escolares.

Considerando que no município de SUZANO há diversidade quanto aos hábitos alimentares em cada região e considerando as especificidades de cada escola quanto a experiências

anteriores com atividades pedagógicas que envolvem Educação Alimentar Nutricional (EAN), optou-se por dar formação continuada aos servidores que atuam nas escolas, incluindo professores, coordenadores pedagógicos, diretores, auxiliares de serviços escolares e agentes de organização escolar, no intuito de que todos os estudantes possam ser contemplados com ações em EAN.

4.6.2. Covid e educação

A seguir apresentamos as medidas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) em resposta à pandemia de COVID-19, a partir do Decreto Municipal n. 9.432/2020, que determinou a suspensão das aulas a partir de 18 de março de 2020.

A SME estabeleceu duas metas principais: garantir a distribuição de alimentação escolar para crianças cujas famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família e desenvolver material de apoio pedagógico para que os alunos pudessem continuar aprendendo em casa. Entre os dias 16 e 20 de março, foram realizadas quatro webconferências com diretores e professores supervisores para discutir a pandemia e organizar a distribuição de cestas básicas. As escolas foram responsáveis por cadastrar os alunos beneficiários do Bolsa Família, enquanto a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social ficou encarregada da distribuição, com o apoio logístico da SME.

De 19 a 23 de março, as unidades escolares lançaram os dados dos alunos no sistema intranet da SME, e em 24 de março, as planilhas foram enviadas à Secretaria de Assistência para análise e correção de possíveis erros. Nos dias 25 e 26 de março, foram organizados os polos de distribuição, iniciou-se a produção das cestas básicas e o agendamento das famílias para retirada. A entrega experimental começou em 26 de março, com distribuição massiva iniciando em 27 de março e continuando até 1º de abril.

A partir de 6 de abril, a SME começou a desenvolver estratégias para a produção de conteúdo pedagógico, definindo a tecnologia e os princípios educacionais que orientariam a criação de materiais e ferramentas de difusão. Entre 7 e 16 de abril, foi produzido material para as crianças da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental, com adequação da plataforma educacional da SME para suportar a demanda e organização de planilhas com dados e senhas de acesso para alunos e suas famílias. O auxílio as famílias se estendeu durante todo o período da pandemia.

4.7. Saneamento e meio ambiente

O saneamento garante a preservação do meio ambiente, com o destino adequado dos resíduos nos aterros sanitários, ou na coleta seletiva, abastecimento da água e manutenção dos sistemas de esgotos. A falta de saneamento básico também pode gerar inúmeros problemas de saúde à população. Existem doenças que podem estar relacionadas à falta de saneamento básico, como: disenteria, giardíase, amebíase, gastroenterite, leptospirose, peste bubônica, cólera, hepatite infecciosa, febre tifóide, malária, ebola e sarampo. Nosso município possui local adequado para a destinação de resíduos, em nosso município. Outros programas são executados pela Secretaria de Meio Ambiente com a participação da coletividade, visando a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente atendendo às

peculiaridades locais e em harmonia com o desenvolvimento socioeconômico, dentre eles pode-se destacar a Coleta Seletiva.

A seguir está detalhada a distribuição das formas de esgotamento sanitário nas zonas urbanas e rurais do município de SUZANO.

O índice de cobertura dos domicílios com abastecimento de água em Suzano é de 96,1% (junho de 2023). O município está inserido no Sistema Integrado de Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (SIM-Sabesp), sendo atendido prioritariamente pelo Sistema Produtor Alto Tietê. O município possui um reservatório que atende a grande parte dos bairros, com capacidade de reserva instalada de 10.000 m³. A Estação de Tratamento de Água (ETA) Taiaçupeba, localizada em Suzano, trata a água que abastece mais de três milhões de habitantes na região, incluindo Suzano, Mogi das Cruzes, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Arujá, Guarulhos, Mauá e parte da zona leste de São Paulo. O volume de água produzido foi de 20.486.252 m³ (novembro de 2022 a outubro de 2023), enquanto o volume consumido foi de 15.720.656 m³ no mesmo período. O volume faturado foi de 19.196.574 m³. O índice de hidrometração é de 100% (dezembro de 2022), indicando que todas as ligações de água são medidas.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, o índice de cobertura com coleta de esgotos é de 90,9% (junho de 2023), e o índice de tratamento de esgoto é de 70,1% (2023). O esgotamento sanitário é realizado por meio do Sistema Principal de Esgotos da RMSP, com 11 bacias de esgotamento no município. Suzano possui 679 km de redes coletoras e 12 estações elevatórias de esgoto. O volume de esgoto coletado foi de 12.028.899 m³ (novembro de 2022 a outubro de 2023), e o volume tratado foi de 8.541.426 m³ no mesmo período.

Entre os desafios e demandas enfrentados pelo município, destacam-se as ocupações irregulares em áreas de preservação, risco e fundos de vale, que demandam realocação da população e análise individual de cada caso. Há também a necessidade de maior coordenação entre as atividades de renovação de pavimentos e a execução dos serviços de saneamento. A presença de vias com tráfego intenso complica a logística para execução dos serviços e implantação de infraestruturas. Além disso, há áreas suscetíveis a inundações e escorregamentos, o que dificulta a implantação de estruturas de abastecimento e coleta.

O município tem como meta atingir 99% de cobertura de água potável e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033, conforme o Novo Marco Legal do Saneamento Básico. As metas de universalização incluem a expansão dos serviços para áreas urbanas formais, informais e rurais, com indicadores específicos para cada recorte territorial. Suzano contará com investimentos significativos para a universalização dos serviços de saneamento, incluindo a expansão de redes de água e esgoto, modernização da ETA Taiaçupeba, implantação de novos sistemas de abastecimento e esgotamento, e renovação de ativos para redução de perdas e melhoria da eficiência operacional. O Programa Integra Tietê é um dos principais programas que visam a universalização do esgotamento sanitário na região, com a ampliação da capacidade de tratamento de esgoto e a implantação de novas redes coletoras e interceptores.

Suzano possui uma infraestrutura robusta de saneamento, com alta cobertura de água e esgoto, mas ainda enfrenta desafios relacionados a ocupações irregulares e áreas de risco. O município está em processo de expansão e modernização de seus sistemas, com investimentos

focados na universalização dos serviços até 2033, seguindo as diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

4.8. Assistência social

Desde 2004, com a instituição da Política Nacional de Assistência Social, todos os municípios brasileiros foram desafiados com uma difícil tarefa: implantar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Para transformar a realidade social das famílias susanenses mais vulneráveis, a secretaria está constantemente reestruturando a forma de atuação, implantando e qualificando equipamentos, aprimorando e ampliando equipes técnicas, fortalecendo o controle social.

Desta forma faremos uso das informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO como base de dados para conhecer quem são as famílias em condições de pobreza e extrema pobreza. O CADÚNICO destaca ainda a identificação do local e condições de moradia destas famílias e o perfil de cada pessoa que compõe o grupo familiar.

A cidade conta com extensa malha territorial e ampla divisão em bairros, atendidos pelos seguintes equipamentos: Cras Centro, Cras Casa Branca, Cras Palmeiras, Cras Boa Vista e CRAS Gardênia e contamos em nosso Município com o atendimento do CREAS.

O comando único da Política Municipal de Assistência Social é atribuição exclusiva do poder público, cabendo a esse o cumprimento de diversas competências tanto na coordenação como articulação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação. No município de Suzano o órgão municipal de Assistência Social apresenta-se como parte integrante da administração direta da Prefeitura sendo constituída como estrutura organizacional a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

A partir das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS-2012 a assistência social em SUZANO direciona sua gestão na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social, preconizando a garantia de direitos socioassistenciais aos usuários da Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS em SUZANO é caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social. As ações são organizadas tendo como referência os territórios onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Os programas, projetos, serviços e benefícios são desenvolvidos em regiões mais vulneráveis, tendo a família como foco de atenção. As ações da Assistência Social são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial de média e alta complexidade executadas pelas unidades públicas (CRAS, CREAS, Serviços de Acolhimento) e de forma complementar, pela Rede Socioassistencial Privada (organizações /entidades não-governamentais).

Devemos destacar que o Suas é organizado em dois níveis de proteção para garantir o atendimento das pessoas, de acordo com a necessidade de quem precisa dele. O primeiro nível refere-se à Proteção Social Básica, que visa desenvolver ações preventivas, a fim de estimular as potencialidades da família e, conseqüentemente, garantir sua capacidade protetiva. Em Suzano, temos os Centros de Referência de Assistência Social – Cras, que oferta o atendimento e a sua

gestão do território em todo o município, contando com a complementaridade territorialmente de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, jovens e adultos e pessoas idosas, subdividido em cinco regiões, cada uma com uma unidade de referência (figura 1): Boa Vista, Centro e Palmeiras, implantados em 2005, Casa Branca, implantado em 2006, e Gardênia Azul, implantado em 2017. A regulamentação do Suas prevê que unidades dos Cras, considerando o porte do Município (Grande) e o nível de gestão (plena), seria uma para cada até 5.000 famílias referenciadas, segundo dados de vulnerabilidade social das pessoas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (ver dados a respeito na seção sobre o diagnóstico do perfil da população com inscrição no Cadastro Único).

Vale destacar também que o segundo nível se refere à Proteção Social Especial, que tem a finalidade de oferecer atendimento às famílias e indivíduos em situação de risco ou com violação de direitos de proteção social. Suzano tem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, que exerce essa função em todo o território do município, em articulação com várias entidades de assistência social que prestam serviços em parceria com a Prefeitura para pessoas ou grupos de famílias que precisem de proteção para acolhidas em instituições, como mulheres vítimas de violência, pessoas e famílias em situação de rua, crianças e adolescentes e pessoas idosas, em forma dos serviços de acolhimento institucional e do Centro-Dia da Pessoa Idosa.

A assistência Social de Suzano faz 7.800 concessões/ano de benefícios eventuais que atuam no combate à fome extrema e emergencial, faz ações no combate a calamidades como enchentes fazendo a concessão de itens, entre essas cestas básicas, em quantidade compatível com as famílias que tiveram perdas materiais significativas e que estejam em situação de insegurança social. Promove ações de segurança alimentar com caráter educativo através dos CRAS, garante alimentação complementar a 1.150 pessoas atendidas através dos Serviços de Convivência, oferta dieta completa e continua a 280 pessoas que estão em nossos acolhimentos.

4.8.1. Programas socioassistenciais

4.8.1.1. Programa Bolsa Família e Cadastro Único

O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº14.601, de 19 de junho de 2023. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho.

O Cadastro Único é uma tecnologia social de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa.

O Governo Federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo estado ou município.

4.8.1.2. Benefícios eventuais

Regulamentados através da Lei Municipal, consistem nas provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Tem prioridade na concessão a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

São concedidos mediante avaliação socioeconômica, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS e CREAS.

4.8.1.3. Transferência de renda

O Cadastro Único é um importante instrumento de identificação de demandas para atendimento nos serviços de Assistência Social e demais políticas públicas. Os programas de transferência de renda direta às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, identificadas através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

De acordo com o Panorama Municipal e dados do Cadastro Único, o Programa de Transferência de Renda destinado às pessoas com deficiência e Pessoa idosa é o Benefício de Prestação Continuada – BPC “é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo a pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade,

com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem o ter provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo vigente, em nosso Município temos um total x do Cadúnico beneficiados pelo BPC.

Os benefícios eventuais foram implantados em Suzano em 2022, sendo Auxílio Nascimento, Auxílio Funeral, Auxílio para vulnerabilidade e Auxílio em casos de urgências/Emergências

São 600 concessões ano do Auxílio maternidade, no valor de R\$300,00 cada concessão e 7.200 concessões do Auxílio Vulnerabilidade no valor de R\$150,00 cada concessão sendo ação imediata para combate a diversas vulnerabilidades em especial a fome. Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

4.8.2. COVID e a assistência social

O impacto da pandemia da covid-19 sobre o município ainda está sendo absorvido, tanto diretamente, com relação a mortes diagnosticadas superior a mil pessoas, até o presente, e das pessoas com sequelas ou das pessoas dependentes que perderam entes de referência familiar e economicamente, o que ainda está sendo analisado, bem como indiretamente, por causa dos fluxos populacionais alteração de residência chegando à cidade ou saindo dela, bem como setores econômicos mais ou menos prejudicados ou beneficiados pelas novas necessidades e pelas medidas de restrição de circulação para evitar e reduzir o contágio. Neste momento de muito luto, dor, desemprego, falta de informação e dificuldades com a exigência súbita de acesso ao mundo digital, os Cras locais tiveram de ser convertidos em serviços de apoio e orientação à população quanto a auxílio emergencial, vale gás, Bolsa do Povo e outros programas que vieram dos governos estadual e federal, com frequência sem o devido respaldo sobre o que informar, exigindo soluções imediatas e informais, sob grande incerteza e insegurança sobre a precisão do que se estava socializando e sob pressão pela resolutividade. Profissionais educadores sociais foram extremamente exigidos nestas circunstâncias.

Segundo Abigail Torres, em consideração sobre atravessamento drástico da pandemia sobre a política de assistência social em diversos lugares:

Ao longo da pandemia, tem sido possível comprovar que houve uma redução muito significativa do SUAS, decorrente de vários fatores muito importantes e impactantes, dentre os quais registra-se a concentração da atenção em provisão de benefícios materiais. Por vezes ofertados com uma morosidade e procedimentos burocráticos de acesso, ignorando e secundarizando todas as situações de sofrimento que a vivência de crise das medidas de afastamento social tem gerado. Assim, não é exagero afirmar que tais práticas denotam a redução das necessidades humanas a uma residual e precária provisão material, desconsiderando todos os compromissos legais de proteção. Mas a situação torna-se ainda mais grave, posto que não há uma pressão coletiva para que outras responsabilidades sejam assumidas, visto que as responsabilidades estatais de proteção pública também estão invisíveis.

Estas circunstâncias adversas exigiram um sobretrabalho ainda maior de ações em Suzano, durante a fase aguda e nesta fase de transição para a redução da pandemia e estabilização dos

riscos em patamares reduzidos, ainda que não insignificantes, em meio a dificuldades de gestão de manutenção das ofertas atuais com a crise instalada sobre as corresponsabilidades e o cofinanciamento do Suas no pacto federativo, fragilidades históricas e específicas da rede socioassistencial local, em que pese não só os recursos materiais necessários e instalações adequadas, mas sobretudo o provimento de equipes de referência suficientes e com preparação para realizar o trabalho social preconizado nas orientações técnicas e nas normativas atuais da assistência social como política pública.

Tudo isso em conjunto incidiu significativamente durante o pico da pandemia e remanesce como desafio a ser superado, haja vista os dados sistematizados na própria seção IV deste texto base (Diagnóstico Socioterritorial Simplificado), em particular sobre o perfil das pessoas inscritas no Cadastro Único, a busca de ofertas de programas sociais e a variação dos atendimentos das unidades socioassistenciais, espera-se com a contribuição da elaboração deste plano. Extraído do Diagnóstico Socioterritorial – 2022 – Suzano.

4.9. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego

O desenvolvimento econômico e a segurança alimentar estão diretamente interligados, pois o crescimento da economia influencia o acesso da população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Quando a economia do município se desenvolve, há um aumento na renda das famílias, permitindo que mais pessoas possam adquirir alimentos nutritivos. Atualmente o Departamento de Promoção da Agricultura Familiar da Prefeitura de Suzano, lotado nessa secretaria, é o responsável pela execução das políticas públicas relacionadas à agricultura, principalmente o atendimento aos agricultores familiares.

4.9.1. Agricultura no Município de Suzano

A cidade de Suzano possui grande parte de sua área no chamado “CINTURÃO VERDE” de São Paulo, sendo um tradicional produtor de hortigranjeiros. Essa atividade agrícola tomou grande impulso com a chegada dos imigrantes japoneses, que ocuparam principalmente as áreas de várzeas. Além disso, Suzano se beneficia da proximidade com grandes centros consumidores, como São Paulo e outras cidades do Alto Tietê, o que facilita o escoamento e a comercialização dos produtos agrícolas. A cidade também possui áreas dedicadas ao cultivo de eucalipto, que abastecem a indústria de papel e celulose, um setor significativo na economia local, devido à presença de grandes empresas como a Suzano Papel e Celulose.

Segundo Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, o último disponível, existem 349 estabelecimentos agropecuários município. Esse censo mostra também 1531 pessoas ocupadas trabalhando nesses estabelecimentos agropecuários, sendo metade disso 761 com parentesco familiar, o que mostra a importância do trabalho familiar. A produção do município, com 75% das propriedades rurais de pequeno porte, está concentrada no setor hortifrutigranjeiro, sendo a maior parte voltada à horticultura (produção de frutas, folhosas, tubérculos entre outras). O município também se destaca na produção animal, sendo um grande produtor de ovos de galinha e matrizes de codornas.

Atualmente agricultura de Suzano enfrenta dois grandes desafios, urbanização e escassez de mão de obra. O crescimento da cidade gera especulação imobiliária sobre as áreas agrícolas,

esse movimento se intensificou a partir das últimas duas décadas. Sítios produtivos hoje se tornaram condomínios residenciais, bem como, chácaras de lazer ou chácaras de recreio e turismo. A falta de mão de obra, também é uma consequência direta da urbanização, pois com maior oferta de empregos na cidade, o jovem prefere trabalhar no comércio e serviço, em detrimento ao serviço no campo, ficando o trabalho na lavoura restrito aos agricultores de maior idade. Outra questão é a segurança no campo, também relacionado com o crescimento da cidade, pois propriedades próximas às áreas urbanas são frequentemente vítimas de saques de sua produção e furtos de seus equipamentos de trabalho.

Essa pressão externa sobre a produção agrícola municipal é uma ameaça à segurança alimentar e ao abastecimento do de Suzano, sendo assim de suma importância o desenvolvimento de políticas públicas que enfrentem esses problemas, e fortaleçam a agricultura familiar e o desenvolvimento agrícola.

4.9.2. Assistência técnica e extensão rural no Município de Suzano

A extensão rural desempenha um papel fundamental na segurança alimentar, pois atua como um elo entre o conhecimento técnico e os produtores rurais, promovendo práticas sustentáveis e eficientes de produção agrícola. Seu impacto pode ser observado no aumento da produção e da produtividade, ao capacitar os agricultores no uso de técnicas modernas de cultivo, manejo do solo e irrigação. Além disso, a introdução de tecnologias inovadoras, como melhoramento genético e controle biológico de pragas, garante maior eficiência e sustentabilidade no campo. Dessa forma, a extensão rural é essencial para garantir a segurança alimentar, contribuindo para a produção sustentável de alimentos acessíveis e de qualidade para toda a população.

A assistência técnica e assistência rural no Município De Suzano é praticada de forma conjunta entre os técnicos da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão pertencente a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e pelos engenheiros agrônomos do Departamento de Promoção da Agricultura Familiar da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego (SMDEGE). O local de atendimento aos agricultores do Município é na Casa da Agricultura de Suzano, localizada na rua Abdo Rachid, 55 Centro de Suzano. Os principais métodos de extensão rurais praticadas no município são as visitas técnicas, cursos e palestras diversas.

A assistência técnica fortalece a agricultura familiar, responsável por grande parte dos alimentos consumidos no Brasil. O suporte oferecido aos pequenos produtores facilita o acesso a mercados e programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (PMAA), assim garantindo escoamento da produção, fortalecendo a economia local e combatendo a insegurança alimentar e nutricional através de alimentos saudáveis e acessíveis.

4.9.3. Programa de Aquisição de Alimentos -PAA Federal

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública brasileira criada em 2003 com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, promover a segurança alimentar e estimular o desenvolvimento econômico local. Ele funciona por meio da compra de produtos

diretamente de pequenos agricultores e da doação desses alimentos para entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade, como escolas, hospitais, creches e bancos de alimentos.

O PAA facilita o acesso dos agricultores familiares ao mercado, garantindo uma fonte de renda e incentivando a produção diversificada e sustentável. O programa também fortalece circuitos curtos de comercialização, reduzindo a dependência de atravessadores e melhorando a valorização dos produtos locais. Além disso, ao fornecer alimentos frescos e de qualidade para programas sociais, o PAA contribui diretamente para a segurança alimentar e nutricional da população.

No município de Suzano o PAA é operacionalizado desde 2009, na modalidade a Compra com Doação Simultânea, em que os produtos adquiridos são imediatamente repassados para entidades socioassistenciais que entregam esses alimentos a pessoas em insegurança alimentar. Suzano também recebe alimentos via PAA/CONAB, onde entidades de agricultores familiares cadastram o município com receptor dos alimentos adquiridos. Em ambas modalidades de execução do PAA, nos últimos 5 anos, foram compradas e distribuídas aproximadamente 475 toneladas de alimentos. O valor dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares entre 2020 e 2025, ultrapassa R\$1.707.000,00, recursos esses diretamente injetado na economia local, dessa forma contribuindo assim para sustentabilidade financeira da atividade agrícola reduzindo o êxodo rural.

O PAA é uma iniciativa importante para o desenvolvimento rural e a inclusão social, pois fortalece a produção de pequenos agricultores, impulsiona a economia local e melhora o acesso a alimentos saudáveis para populações vulneráveis.

4.9.4. Programa Municipal De Aquisição De Alimentos (PMAA)

Seguindo a mesma lógica de trabalho do PAA Federal, foi criado o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos, Lei Municipal 5.435/2023 e regulamentado pelo Decreto 9.924/2023 em 2023. Do ponto de vista operacional com dois objetivos principais, perenizar as aquisições e fornecimento de alimentos nas ocasiões de falta de recursos do PAA Federal e reforçar o PAA, pois nos últimos anos os recursos federais estão cada vez mais escassos, menor valor em maiores intervalos. O uso de recursos do tesouro municipal, traz maior flexibilidade no atendimento das ações de distribuição de alimentos, ou seja, alguma entidade não elegível para receber recursos federais, pode se inscrever através de chamamento público e receber doações oriundas do PMAA.

Essa política pública foi implementada com sucesso, uma ação pioneira na região do Alto Tietê. Foram publicados dois editais de chamamento público, um no ano de 2023 e outro em 2024, ambos no valor de R\$100.000,00. O primeiro foi executado com sucesso, foi adquirido 20.058,00 kg de alimentos, o segundo encontra-se em execução. Esse projeto é essencial para a segurança alimentar em Suzano. Além de garantir a doação de alimentos, ele promove a sustentabilidade financeira da agricultura local, permitindo que os agricultores continuem produzindo e comercializando na cidade a um custo reduzido. Como se trata de uma produção local, os alimentos têm um preço mais acessível em comparação com aqueles vindos de regiões distantes. Esse impacto indireto é extremamente positivo, pois a oferta de alimentos mais

baratos facilita o acesso para famílias de baixa renda, contribuindo para o combate à fome e à insegurança alimentar.

4.9.5. Banco de Alimentos de Suzano

O Banco de Alimentos Municipal de Suzano desempenha um papel fundamental no combate à fome e à insegurança alimentar, promovendo o acesso a alimentos de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade. Sua principal função é arrecadar, armazenar e distribuir alimentos provenientes de compras públicas (PAA federal, PAA municipal, CONAB) doações diversas e excedentes da produção agrícola, evitando o desperdício e garantindo que esses produtos cheguem a quem mais precisa. Pertencente à Prefeitura Municipal de Suzano é vinculado à Diretoria de Promoção da Agricultura Familiar.

Nos últimos anos 2022, 2023 e 2024 foram doados, respectivamente, um total de 129, 117 e 172 toneladas de alimentos. Os dados mais recentes, ano de 2024, apontam para aproximadamente 2.500 famílias beneficiadas por mês, além de 1.600 refeições semanais servidas pelas entidades socioassistenciais. Atualmente existem 26 entidades assistenciais cadastradas para recebimento dos alimentos. Esses números mostram a importância do Banco de Alimentos como equipamento público de combate à fome e à insegurança alimentar.

Além de sua função social, o Banco de Alimentos fortalece a agricultura familiar e o comércio local, pois adquire produtos diretamente de pequenos produtores (PAA e PMAA) garantindo renda para esses agricultores. Também promove ações educativas, conscientizando a população sobre o aproveitamento integral dos alimentos, nutrição e redução do desperdício.

4.10. Fundo de Social de Solidariedade

O Fundo Social de Solidariedade de Suzano tem como objetivo principal a mobilização e organização da sociedade, incluindo entidades assistenciais, para promover a solidariedade e o trabalho voluntário. Seu propósito é fortalecer a rede de apoio local, atendendo às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade e enfrentando desafios sociais por meio da união da comunidade.

Diferente de outros programas assistenciais, o Fundo Social de Solidariedade de Suzano não destina verbas para a compra de alimentos. Em vez disso, seu funcionamento depende exclusivamente de doações arrecadadas por meio de ações sociais e campanhas solidárias. Cada item doado – seja um pacote de arroz, um pacote de feijão – é repassado integralmente para quem mais precisa. Isso significa que o volume de atendimentos varia conforme a participação da população e das empresas parceiras, não havendo um número fixo de cestas básicas ou itens distribuídos mensalmente.

Além de auxiliar diretamente as famílias em situação de vulnerabilidade, o Fundo Social de Solidariedade de Suzano também desempenha um papel essencial no fortalecimento da rede de apoio do município, garantindo suporte a diversas associações e entidades assistenciais que atuam na linha de frente do combate à fome e da promoção do bem-estar social. Atualmente,

108 associações são parceiras do Fundo Social de Solidariedade de Suzano, colaborando para que as doações cheguem a um número ainda maior de pessoas.

Outra frente importante de atuação do Fundo Social de Solidariedade de Suzano é a capacitação profissional, realizada por meio do Serviço de Ação Social e Projetos Especiais (SASPE). O objetivo é não apenas oferecer assistência imediata, mas também criar oportunidades de inserção no mercado de trabalho e geração de renda. Através de cursos gratuitos, muitos cidadãos podem desenvolver novas habilidades e alcançar maior autonomia financeira, reduzindo sua dependência de auxílios.

Em 2024, o Fundo Social de Solidariedade de Suzano distribuiu 120 toneladas de alimentos para municípios. Comparado ao mesmo período de 2023, quando foram distribuídas 90 toneladas, houve um aumento significativo de 33,3% na quantidade de alimentos entregues. Esses números refletem o compromisso contínuo do Fundo Social de Solidariedade de Suzano em ampliar seu impacto e atender cada vez mais famílias em situação de vulnerabilidade.

A solidariedade é a força que mantém o Fundo Social de Solidariedade de Suzano ativo. Cada doação, cada voluntário e cada instituição parceira fazem parte desse grande esforço coletivo para garantir dignidade e qualidade de vida à população. Total de doações de alimentos efetuadas pelo FUSS em 2024: 120 toneladas distribuídas. Número de instituições parceiras nas ações de combate à fome: 108 associações parceiras.

O Fundo Social de Solidariedade de Suzano é, acima de tudo, um espaço de união e cuidado, onde a ajuda chega a quem mais precisa por meio do esforço coletivo de toda a comunidade. Seja através de doações, voluntariado ou parcerias, cada gesto faz a diferença na vida de muitas pessoas.

4.11. Secretaria Municipal de Saúde

O Sistema Único de Saúde é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, na alta complexidade, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

O SUS é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades:

- Ministério da Saúde: gestor nacional do SUS, formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Into e oito hospitais federais.
- Secretaria Estadual de Saúde: participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da

Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

- Secretaria Municipal de Saúde: planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde. Integra e executa ações pautadas nas Políticas Nacionais de Saúde.

A rede municipal de saúde dispõe de um total de 53 serviços, distribuídos em: 24 Unidades Básicas de Saúde, composta por 12 equipes de Saúde da Família - USF e 12 UBSs; 02 Ambulatórios de Especialidades (Sendo 1 Ambulatório e 1 Clínica da Família); 02 Centros de Especialidades Odontológicas (sendo 1 Central e 1 na Clínica da Família); 04 Centros de Atenção Psicossocial, sendo o CAPS AD VITA com funcionamento 24h; 03 Centros de Vigilância em Saúde: Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Zoonose; 01 Ambulatório de Tisiologia; 01 Consultório na Rua; 01 Laboratório ; 01 Unidade de Fisioterapia; 01 SAE/CTA; 06 Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) com VTRs Básicas e Avançada; 01 Hospital (HMS – Hospital e Maternidade Suzano), 01 APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais; 02 Pronto Atendimento (UPA do Jardim Revista e PA de Palmeiras); 01 Clínica da Mulher; 01 Hospital Estadual (HRAT); 01 Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar – EMAD

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção do SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

No município de Suzano, a APS (Atenção Primária à Saúde) apresenta 2 configurações, Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Na modalidade ESF além dos colaboradores da enfermagem, equipe de odontologia e administrativos as equipes são compostas por agentes comunitários de saúde, que fazem visitas domiciliares no território adscrito da unidade e contam com médicos generalistas. Essas equipes tem apoio da equipe multiprofissional na APS (eMulti), equipe composta por profissionais de saúde de diferentes áreas do conhecimento e categorias profissionais como: psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta e fonoaudiólogo.

As UBS`s, além dos colaboradores da enfermagem, administrativos e equipe de odontologia, contam com psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas e médicos clínico geral, pediatra, ginecologista e, algumas unidades de referência oferecem atendimento de psiquiatria, fonoaudiologia e nutrição. Que são modalidades atendidas por meio de encaminhamento interunidades.

O acompanhamento nutricional, é ofertado para usuários em todas as fases de vida e diversos diagnósticos de doenças crônicas e nutricionais, mediante encaminhamento dos profissionais de saúde, em todas as suas categorias (atenção primária e especializada), atendendo a 6.286/ pessoas ano por nutricionista. Também são ofertas na rede municipal de saúde, ações educativas voltadas a alimentação saudável, prevenção da desnutrição e obesidade, ofertadas desde o período gestacional, infância e fase adulta.

Com o objetivo de ampliar este atendimento nutricional e educativo à população, a SMS prevê a criação de um Ambulatório de Obesidade no município, além da ampliação de recursos humanos na área de nutrição e nutrologia, ações ampliadas nas unidades de saúde e, integram ainda este plano de segurança alimentar, estratégias da Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com outras secretarias como Assistência e Educação, para a ampliação de oferta de ações voltados ao combate da obesidade e combate da desnutrição, bem como educação e incentivo à alimentação saudável.

Além da Atenção Primária à Saúde, o município assiste através da rede especializada, da rede de urgência e emergência, e dos serviços terciários, um público específico formado por: pessoas com deficiências, pacientes portadores de transtorno do espectro autista entre outras patologias, bem como pacientes acamados oriundos da rede hospitalar e que são atendidos pelo EMAD, através do Programa Melhor em Casa, necessitando de alimentação especial e muitos destes, fazendo uso inclusive, de alimentação enteral. Para este público, o plano apresentado prevê o desenvolvimento e a implantação na rede municipal de saúde, de protocolo alimentar específico com oferta de suplementação nutricional, garantindo alimentação adequada ao quadro de saúde específico em que se encontra o paciente assistido.

4.11.1. Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil é um indicador social representado pelo número de crianças que morreram antes de completar um ano de vida a cada mil crianças nascidas vivas no período de um ano. É um importante indicador da qualidade dos serviços de saúde, saneamento básico e educação de uma cidade, País ou região, a mortalidade infantil é um aspecto social tão significativo que a Organização das Nações Unidas (ONU) inseriu a redução da mortalidade infantil mundial entre as principais Metas das ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Embora, segundo a ONU, as médias mundiais de mortalidade infantil tenham sofrido uma queda de quase 50% nas últimas duas décadas, o problema ainda é muito grave em muitas nações e deve ser vencido, especialmente, por meio da implantação efetiva de políticas públicas de educação e saúde.

A taxa de mortalidade infantil segue referenciada por série histórica em nosso município.

QUADRO DEMONSTRATIVO - SÉRIE HISTÓRICA MORTALIDADE INFANTIL - SUZANO – SP

ANO	NÚMERO DE ÓBITOS INFANTIS	NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
2017	32	2.812	11.30%

2018	40	2.880	13.88%
2019	34	2.838	11.98%
2020	35	2.699	12.96%
2021	21	2.684	7.82%
2022	45	3.737	12.0%
2023	48	3.767	12.7%
2024	48	3.717	12.2%

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS

Como estratégia de combate à mortalidade infantil está o cuidado das gestantes desde as primeiras semanas de gravidez, com busca ativa e oferta do pré-natal nas unidades básicas de saúde do município, garantindo o cuidado até o parto e pós parto, além do cuidado da criança da puericultura ao acompanhamento pediátrico durante toda a infância.

Sabendo que a alimentação saudável influencia na vida da mãe e do bebê, a rede municipal de saúde prevê estratégias de ampliação das ações voltadas a este público, a fim de incentivar a prática da alimentação saudável na gestação, para o desenvolvimento adequado do bebê e saúde da mãe, bem como garantir o aleitamento materno até o mínimo de seis meses, com posterior inclusão de alimentação indicada à criança, prevenindo a desnutrição e obesidade infantil.

A ampliação das ações nutricionais e educativas de saúde estão entre as prioridades que compõem este Plano de Segurança Alimentar, através das propostas elencadas no anexo, para o desenvolvimento de estratégias consistentes que objetivam promover a saúde e garantir a assistência em todos os âmbitos.

4.11.2.A Vigilância em Saúde

A vigilância sanitária também cumpre papel fundamental na qualidade dos alimentos ofertados ao consumo no município de Suzano, promovendo a fiscalização dos estabelecimentos, através de inspeções motivadas por denúncia, ações programadas ou solicitação de outros órgãos, e ainda, cumprindo seu papel educativo promovendo "Cursos de Boas Práticas na manipulação, preparo e distribuição de alimentos", buscando conscientizar a população quanto aos riscos de contaminação e a ocorrência de doenças transmitidas por alimentos (DTA).

Participa ativamente de programas estaduais que contemplam a identificação de riscos nos alimentos industrializados distribuídos no comércio do município, Programa Paulista de Alimentos, bem como do controle da potabilidade da água de consumo proveniente da distribuidora conveniada (SABESP), e da água proveniente de soluções alternativas de abastecimento.

A vigilância epidemiológica participa do Programa Estadual de Monitoramento de Diarreias através de dados coletados semanalmente pelo Pronto Socorro Municipal. Esses dados são

analisados, buscando conhecer as causas relacionada às ocorrências, que podem ter como origem as questões de saneamento, ambientais, epidemiológicas ou relacionadas ao consumo de alimentos contaminados. É realizada a geolocalização dos casos e identificação do agente etiológico quando observados surtos, e, conta com a participação da vigilância sanitária para investigação. Os dados são repassados ao Estado.

Buscando ampliar as ações já desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, integram este Plano de Segurança Alimentar propostas de ampliação de ações educativas promovidas pelo Departamento de Vigilância em Saúde da SMS tanto nos serviços de saúde que realizam as notificações, bem como no comércio e serviços que ofertam alimentação, criando estratégias de incentivo como certificações e selos de qualidade, a fim de desenvolver uma consciência crítica e participativa de toda cadeia que envolve o setor alimentar.

4.12. Controle social e legislação

O controle social é a participação da sociedade na administração pública, com objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações de Governo, a fim de solucionar os problemas e assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão. Em Suzano temos como marcos legais a: Lei Municipal nº 3998/2005 que criou o “Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – COMSEA” que tem como missão, estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, como objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de Suzano na formulação de políticas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação; O Decreto 10.025 de 29 de fevereiro de 2024 que criou a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/SUZANO que tem como missão elaborar, coordenar e revisar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e elaborar e monitorar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Suzano e a Lei Municipal Nº. 3494/00 que cria o Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de Suzano que tem como missão, acompanhar e monitorar os recursos federais repassados pelo FNDE para a alimentação escolar e garantir boas práticas de sanitárias e de higiene dos alimentos.

4.13. Abastecimento

4.13.1. Feiras livres municipais

As feiras livres municipais desempenham um papel estratégico na segurança alimentar e no abastecimento das cidades, contribuindo diretamente para o acesso a alimentos frescos, saudáveis e a preços acessíveis. Elas são fundamentais para a promoção de uma alimentação adequada e para a construção de sistemas alimentares locais mais justos e resilientes. Atualmente o Município de Suzano possui 21 feiras estrategicamente distribuídas em seu território. São feiras diurnas, noturnas e da agricultura familiar, no presente cerca 450 feirantes comercializam seus produtos nessas feiras.

As feiras livres são uma ponte importante para a agricultura familiar, que tem papel decisivo no abastecimento de alimentos básicos, como frutas, legumes, verduras, tubérculos e produtos

artesanais. Ao fortalecer a produção local e regional, essas feiras reduzem a dependência das grandes redes de distribuição, oferecendo uma alternativa sustentável para o fornecimento de alimentos. Isso também contribui para a segurança alimentar, já que amplia a oferta de produtos frescos e estimula a diversificação alimentar.

No contexto do abastecimento, as feiras livres são importantes por descentralizar a distribuição de alimentos, tornando o acesso mais democrático, especialmente em regiões urbanas periféricas que frequentemente enfrentam dificuldades para obter produtos frescos e variados. Portanto, as feiras livres municipais são essenciais para assegurar a segurança alimentar e o abastecimento urbano de forma contínua e sustentável. Elas fortalecem a economia local, promovem uma alimentação saudável e equilibrada, e contribuem para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos.

4.14. Outros equipamentos e programas de segurança alimentar existentes no

Município de Suzano

4.14.1. Programa Bom Prato

Criado em 28 de dezembro de 2.000, o programa Bom Prato tem como objetivo oferecer refeições saudáveis e de alta qualidade a um custo acessível à população em vulnerabilidade social. Há 23 anos, o valor das refeições permanece inalterado: almoço e jantar a R\$ 1,00 e café da manhã a R\$ 0,50.

A rede de restaurantes populares conta com 122 unidades instaladas no estado, sendo 76 fixas e 46 móveis distribuídas da seguinte forma: 24 na Capital; 19 na Região Metropolitana de São Paulo; 23 no Interior; e 09 no Litoral. Atualmente, são servidas 136 mil refeições por dia.

Em Suzano o Restaurante Popular Bom Prato, inaugurado em 2012, está situado ao lado da estação Suzano da CPTM, próximo ao terminal urbano, na Rua Major Pinheiro Fróes, 148, no bairro Vila Maria de Maggi. Esta unidade é gerida pela Associação de Defesa e Valorização da Vida "A Vida", em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo.

Durante a pandemia de COVID -19 o restaurante manteve suas operações ampliadas oferecendo refeições gratuitas e inclusão do jantar, além do almoço e café da manhã.

Em 2024 foram servidas 343.975 refeições de almoço, 84.781 de café da manhã e 88.968 de jantar, de segunda a sexta-feira, finais de semana e feriados. O restaurante também ofereceu 2.505 refeições gratuitas para pessoas em situação de rua e sem acesso à assistência alimentar. Com uma área de 400 m², a unidade tem capacidade para atender 1.200 refeições de almoço, 300 de café da manhã e 300 de jantar por dia. Além disso, o Bom Prato realizou cardápios comemorativos em datas especiais, como Dia das Mulheres, Páscoa, Dia das Mães, 12º aniversário do restaurante, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Natal e Ano Novo, distribuindo lembranças aos clientes.

4.14.2. Restaurante Popular

O Programa Restaurante Popular era uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em parceria com os municípios.

O Restaurante Popular servia mil refeições diárias ao preço simbólico de R\$ 1,00. O restaurante contava com orientação e acompanhamento nutricional, principalmente para os idosos, que eram 70% do público consumidor das refeições ali servidas. O Restaurante Popular era localizado na rua Felício de Camargo, 622, no Centro, e funcionava de segunda à sexta-feira, das 11h às 13 horas. Os usuários do Restaurante Popular eram trabalhadores da região central ou próximo do centro de Suzano. Que se dividiam em adultos, crianças, e principalmente idosos. O Restaurante Popular serviu em média 276.000 refeições por ano. O equipamento foi inaugurado em 14/03/2008 pelo prefeito Marcelo Candido e teve encerrada suas atividades em 17/09/2015 por decisão do então prefeito Paulo Tokuzumi.

4.14.3. Viva Leite

O Projeto Viva Leite, implementado no Estado de São Paulo, é uma iniciativa social destinada a combater a desnutrição e promover a segurança alimentar a crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como idosos com idade superior a 60 anos na capital e região metropolitana de São Paulo. Criado com o objetivo de garantir o acesso a um alimento básico e essencial para o desenvolvimento humano, o leite, o programa visa melhorar a qualidade de vida e a saúde dos beneficiários.

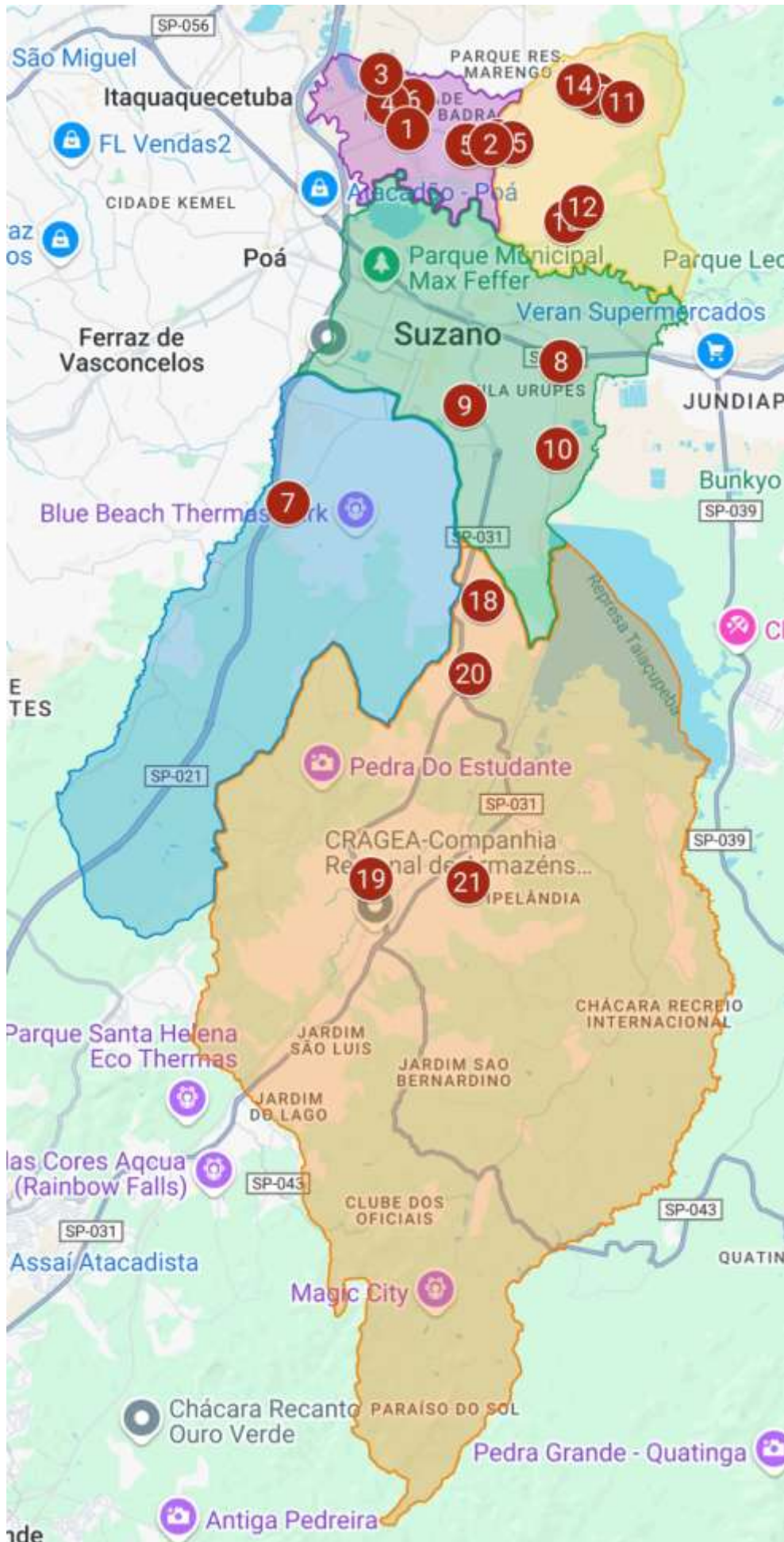
Em 1993 o Projeto Estadual do Leite VIVALEITE foi implantado pela Coordenadoria de Abastecimento, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e no ano seguinte passou a funcionar nesta mesma pasta.

Já com o Decreto nº 44.569, de 22 de dezembro de 1999, o VIVALEITE foi instituído dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição e na data de 19 de janeiro de 2011, por meio do Decreto nº 56.674/2011, o projeto foi integrado às ações coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, onde permanece até o momento sob a orientação da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN).

O projeto VIVALEITE está presente em todos os 645 Municípios do Estado de São Paulo. Atualmente atende em média 300 mil beneficiários por mês e tem como objetivo principal oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo, enriquecido com Ferro e Vitaminas A e D, às crianças e idosos de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade social no estado. Cada beneficiário recebe 15 (quinze) litros de leite fluido, pasteurizado e integral por mês.

O projeto dispõe de 606 municípios conveniados no interior e litoral do Estado de São Paulo, além da Prefeitura de São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana do Estado (RMSP). Atualmente, o programa tem cerca de 1.520 entidades sociais parceiras, que atendem crianças e idosos e 18 laticínios fornecedores.

Segundo informações disponibilizadas no site do programa em fevereiro de 2025, em Suzano o programa é realizado em parceria com 21 organizações sociais. Apresentamos, a seguir, uma lista das entidades responsáveis bem como um mapa com a localização de cada uma. Este mapa pode ser consultado por meio do endereço eletrônico: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1nkq-BAwLB7hS7oa-uHog-ahPIfizS0o&ll=-23.592615419596704%2C-46.325330294602054&z=13>



ENTIDADE	ENDEREÇO
1 ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BAIRRO CIDADE MIGUEL BADRA E ADJS.	RUA MARIO AUGUSTO RAMOS, 4 - MIGUEL BADRA
2 ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS BAIRROS JD. FERNANDES E ADJS.	RUA EURICO RIBEIRO, 46 - BAIRRO BOA VISTA
3 ASSOCIAÇÃO ÁUREA BENEFICENTE MIGUEL BADRA BAIXO	AVENIDA QUITÉRIA LAURA DE MATOS, 501 - CHÁCARA MIGUEL BADRA (GLEBA 02)
4 ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À MULHER, AO ADOLESCENTE E À CRIANÇA ESPERANÇA	RUA HÉLIO GUIMARÃES LANZAS, 395 - CIDADE MIGUEL BADRA
5 COMUNIDADE EVANGÉLICA ALIANÇA COM CRISTO	AVENIDA BOA VISTA, 304 - BOA VISTA
6 FSS - COMUNIDADE CATÓLICA NOSSA SENHORA DAS GRACAS	RUA VALDOMIRO PEREIRA LIMA, 55 - MIGUEL BADRA
7 MOVIMENTO PELOS DIREITOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS	ESTRADA DOS FERNANDES, 3620 - PARQUE SANTA ROSA
8 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VL. MONTE SION	RUA URBANO ROSA DA SILVEIRA, 42 - VL. MONTE SION
9 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DOS BAIRROS SANTA LÚCIA, VILA MAZZA, VILA URUPÊS E ADJACENTES	RUA LEILA MARGARIDA TAQUEICHE, 407 - VILA FIGUEIRA
10 ASSOCIAÇÃO SEMENTES DO FUTURO-ASF	ESTRADA DO AREIÃO, 1598 - JARDIM MAITÉ
11 ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BAIRRO JD. GRAZIELA E ADJS.	RUA NIDINALVA SOUZA BRITO, 164 - JARDIM GRAZIELA
12 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL "CICERA TEREZA DOS SANTOS"	RUA ANTÔNIO DIAS DE ARAÚJO, 29 - JARDIM MARGARETH
13 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES JARDIM GARDÊNIA AZUL GLEBA II	RUA DA ALEGRIA, 24 - JARDIM GARDÊNIA AZUL GLEBA II
14 COMUNIDADE KOLPING DO JARDIM SÃO JOSÉ	RUA IRLANDA, 130 - JARDIM SÃO JOSÉ
15 SOCIEDADE AMIGOS DE BAIRROS DO JD. EUROPA, VL. LAURA E ADJS	RUA ORLANDO FAVA, 533 - VL. LAURA
16 SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO DA CIDADE BOA VISTA	AVENIDA FRANCISCO MARENGO, 1726 - JARDIM DONA BENTA
17 SOCIEDADE AMIGOS DO JARDIM SÃO JOSÉ	RUA VEREADOR JOSÉ GONÇALVES CAPELA, 94 - JARDIM SÃO JOSÉ
18 ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE BAIRRO DO JARDIM LEBLON	RUA JOÃO AMÉRICO GALETTI, 365 - JD. LEBLON
19 ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BAIRRO DO JARDIM PLANALTO E ADJACÊNCIAS	RUA MARCÍLIO GONÇALVES PEREIRA, 338 - JD. PLANALTO
20 ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO PARQUE ALVORADA, JARDIM UMUARAMA E JARDIM POMPEIA	RUA MARIA PUREZA DA CONCEIÇÃO, 465 - PARQUE UMUARAMA
21 ONG VIDA NOVA	RUA MANOEL SALUSTIANO, 69 - JD. ALTO DA BOA VISTA

4.14.4. Hortas comunitárias e escolares

As hortas comunitárias e escolares desempenham um papel essencial na promoção da segurança alimentar, garantindo o acesso a alimentos frescos e saudáveis. Esses espaços de cultivo permitem que comunidades e escolas produzam seus próprios alimentos, reduzindo a dependência de produtos industrializados e melhorando a qualidade da alimentação. Além disso, fortalecem a educação alimentar, pois ensinam desde cedo sobre a importância da nutrição e do consumo consciente. O Município de Suzano atualmente apoia a implementação dessas hortas, fornecendo assistência técnica e os insumos necessários.

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O monitoramento e avaliação da PLAMSAN deverá contribuir para o fortalecimento dos sistemas de informação existentes nos diversos setores, que a compõem e para o desenvolvimento de sistema articulado de informação em todas as esferas de governo.

O monitoramento e avaliação utilizar-se-á de informações e indicadores disponibilizados nos sistemas de informações existentes em todos os setores e esferas de governo.

Caberá à Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN tornar públicas as informações relativas à segurança alimentar e nutricional.

O monitoramento terá como princípios a participação social, equidade, transparência, publicidade e facilidade de acesso às informações.

O monitoramento e avaliação deverá organizar, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões de análise:

I - produção de alimentos;

II - disponibilidade de alimentos;

III - renda e condições de vida;

IV - acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água;

V - saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados;

VI - educação; e

VII - programas e ações relacionadas a segurança alimentar e nutricional.

O monitoramento e avaliação deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

O monitoramento tem o propósito de subsidiar os gestores com informações simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos de programas e serviços permitindo sua revisão e aperfeiçoamento.

As estratégias de monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de SUZANO serão compostas por relatórios periódicos definidos pelo CAISAN e entregues ao COMSEA visando subsidiar as ações de controle social.

A equipe do CAISAN se reunirá a cada seis meses com os técnicos que forem necessários para compor o relatório intersecretarial das ações de SAN desenvolvidas no município.

A revisão do plano ocorrerá a cada dois anos a partir da sua elaboração

6. PLANO DE AÇÕES E METAS

AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR 2026-2029

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO					
Objetivo Específico	Meta	Indicador da Meta	Responsável	Parceiros	Período
Valorizar o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (PMAA);	Aumentar os atuais R\$100.000,00 para R\$200.000,00 os recursos anuais do PMAA;	Execução 100% do valor pactuado;	SMDEGE	SMADS	2026-2029
Qualificar a gestão da segurança alimentar e nutricional do Banco de Alimentos	Contratar um profissional nutricionista	Efetivação da contratação pela SMDEGE	SMDEGE	SMADS	2026
Melhorar a logística de distribuição e recebimento de alimentos;	Adquirir um veículo leve utilitário para transporte de mercadorias;	Aquisição e uso do veículo;	SMDEGE		2026
Aumento da arrecadação de alimentos	Aumento anual da arrecadação de alimentos, de diversas fontes em 5%	Porcentagem de crescimento	SMDEGE	SMADS	2026-2029
Equipar o Banco de Alimentos de Suzano	Adquirir 400 caixas plásticas modelo padrão grande;	Caixas entregues	SMDEGE		2026-2029
Equipar o Banco de Alimentos de Suzano	Adquirir 300 caixas plásticas modelo padrão pequeno;	Caixas entregues	SMDEGE		2026-2029
Aumento das entidades atendidas pelo Banco de Alimentos	Atingir 30 entidades cadastradas recebendo alimentos	Entidades cadastradas	Departamento de Agricultura e Promoção da Agricultura Familiar SMDEGE	COMSEA; COMAS; SMADS	2026-2029
Fomentar hortas urbanas e periurbanas	Implementar 4 hortas	Quantidade de hortas implementadas	Departamento de Agricultura e Promoção da Agricultura	(CATI) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral	2026-2029

			Familiar SMDEGE		
Incentivar a transição agroecológica e agricultura orgânica	6 unidades produtivas orgânicas e/ou em transição agroecológica;	Quantidades de unidades produtivas;	Departamento de Agricultura e Promoção da Agricultura Familiar SMDEGE	(CATI) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral	2026-2029
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)					
Objetivo Específico	Meta	Indicador da Meta	Responsável	Parceiros	Período
Ampliar programas de SAN entre o Município e a União e o Estado	Expandir e integrar políticas de segurança alimentar	Quantidade de programas ampliados e interligados	SME	FNDE, Secretarias estaduais e municipais	2026-2029
Monitorar, avaliar e revisar programas de SAN	Garantir a eficácia das ações	Percentual de ações avaliadas e revisadas	SME	CAE, Conselho Municipal de Alimentação	2026-2027
Promover oficinas e ações de Educação Alimentar e Nutricional	Educar sobre alimentação saudável nas escolas municipais	Número de oficinas realizadas	SME	Universidades/estagiários	2026-2028
Ampliar compras públicas da agricultura familiar municipal	Superar a porcentagem da compra de alimentos acima dos 30% previstos em lei	Percentual de compras	SME	Desenvolvimento econômico	2026-2029
Obtenção de dados que direcionem as políticas de SAN	Elaborar estudos sobre segurança alimentar junto à comunidade escolar	Diagnóstico realizado	SME	SMADS e SMS	2026-2029
SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMADS)					
Objetivo Específico	Meta	Indicador da Meta	Responsável	Parceiros	Período
Promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional de famílias em extrema vulnerabilidade	Acompanhar a situação da segurança alimentar de no mínimo 50% das famílias atendidas pela SMADS	Percentual de Famílias acompanhadas	SMADS	SMS	2026-2029
Promover atividades de Educação	Realizar pelo menos 10	Número de oficinas realizadas	SMADS	SME/SMS	2026-

Alimentar e Nutricional através de palestras, oficinas, apresentações teatrais, seminários e capacitações nos equipamentos socioassistenciais.	oficinas/ações que tratem da segurança alimentar junto aos equipamentos socioassistenciais				2029
Implantar cozinhas comunitárias	Implantar 02 unidades	Cozinhas implantadas	SMADS	MDS, Organizações sociais locais, SMDEGE	2026-2029
Realizar o monitoramento do PLAMSAN	Verificação de metas atingidas	Indicadores estabelecidos por meta do PLAMSAN	CAISAN	COMSEA, CAE, SMS, SMADS, SME, SMDEGE	2026-2029
Promover a integração de ações entre o governo municipal e instituições de ensino superior	Realização de quatro ações estratégicas relacionadas à segurança alimentar	Ações efetivamente realizadas	SMADS	Instituições de ensino superior.	2026-2029
Acompanhar o processo de distribuição de alimentos efetuado pelas entidades	100% das entidades monitoradas	Percentual de entidades monitoradas			2026-2029
FUNDO SOCIAL DE SUZANO					
Objetivo Específico	Meta	Indicador da Meta	Responsável	Parceiros	Período
Promover a integração de ações entre o governo municipal e sociedade civil na promoção da segurança alimentar	Realização Campanhas anuais de doação de alimentos	Campanhas anuais realizadas	Fundo Social	Prefeitura, iniciativa privada, organizações da sociedade civil;	2026-2029
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE					
Objetivo Específico	Meta	Indicador da Meta	Responsável	Parceiros	Período
Ampliar a cobertura de fornecimento de água potável	99% de cobertura de fornecimento de água potável	Índice de tratamento de água	SMMA	SABESP	2026-2029

Ampliar a rede de Coleta de esgoto	Ampliar para 90% a coleta de esgoto	Índice de coleta de esgoto	SMMA	SABESP	2026-2029
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
Objetivo Específico	Meta	Indicador da Meta	Responsável	Parceiros	Período
Acompanhar os beneficiários do Programa Bolsa Família	Aumentar a cobertura de acompanhamento das medidas antropométricas dos beneficiários	Acompanhamento semestral dos beneficiários acima de 80%	APS/SMS	SME	2026
Fortalecer a Vigilância alimentar e nutricional (VAN) nos territórios da Atenção Primária à Saúde (APS)	Aumentar a cobertura do SISVAN	Aumento em 15% da cobertura SISVAN dos dados antropométricos registrados considerando cobertura de 2024	APS/SMS	-	2026
Promover estratégias de incentivo ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável	Realizar ações de promoção do aleitamento materno nas UBS/USF, considerando a amamentação exclusiva até 6 meses e a introdução alimentar segura	Número de ações de promoção do aleitamento materno realizadas nas UBS/USF	APS/Rede Alyne-SMS	-	2026
Ampliar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) com ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável	Realizar ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) nos serviços de saúde e nas escolas pelos profissionais de saúde	Número de ações de PAAS nas UBS/USFs para a população	APS/SMS	SME	2026
Promover a alimentação saudável em grupos específicos como gestantes, crianças, pessoas com doenças crônicas: diabetes, hipertensão, obesidade, dislipidemias e pessoas com deficiência.	Ações de educação alimentar e nutricional em grupos específicos.	Número de ações de educação alimentar realizadas nas UBS/USF	APS/Rede Alyne/Rede de Crônicos/Rede de Apoio à Pessoa com Deficiência/SMS	-	2026
Ampliar as Estratégias para prevenção e controle de sobrepeso e obesidade.	Fortalecer e manter a oferta de atendimentos para pessoas com excesso de peso (Linha de Cuidado	Oferta de acolhimento e orientação em 100% das Unidades de Saúde.	APS/SMS	-	2026

	do Sobrepeso e Obesidade).				
Implantar o ambulatório de Nutrologia para acompanhamento multiprofissional dos pacientes com obesidade grau III	Ampliação da Equipe Especializada em Atendimento ao Obeso, que atua no CSII	Diminuição do IMC para atendimento Grau III. Público alvo (IMC acima de 40). Atual IMC de 45	APS/Atenção Especializada - SMS	-	2028
Desenvolver uma Cartilha de orientação para uma Alimentação Saudável	Distribuir amplamente durante as ações nas UBSs e USFs	Distribuição das cartilhas em 100% das UBSs e USFs	APS/SMS	SECOP	2027
Promover oficinas de Educação Alimentar e Nutricional através de palestras, oficinas, apresentações teatrais, seminários e capacitações nas unidades de saúde.	realizar oficinas que tratem da segurança alimentar junto aos equipamentos de saúde	Número de oficinas realizadas	SMS	SMADS/SME	2029
Disseminar os princípios da cartilha desenvolvida aos profissionais de saúde	Qualificar os profissionais de saúde das UBSs e USFs	Formação de 50% dos profissionais de saúde das UBSs e USFs	EP/APS-SMS	-	2027
Elaborar Protocolo de suplementação nutricional (via oral e enteral) para pessoas com deficiência, acamados e bariátricos.	Implantar a suplementação nutricional na rede municipal de saúde, aos pacientes contemplados no protocolo	Número de pacientes atendidos	APS/AF/RUE-SMS		2028
Formar profissionais de saúde da rede para a aplicação do Protocolo de Suplementação Nutricional	Qualificar os profissionais de saúde da rede municipal	Número de profissionais capacitados	EP/APS/AF/RUE-SMS		2028
Identificar problemas nutricionais (desnutrição e obesidade) na primeiríssima infância	Aumentar cobertura de puericultura com avaliação nutricional das crianças de zero a dois anos	Nº de crianças que realizam puericultura no município	Rede Alyne/APS-SMS	-	2026
Implantar o Programa “Vida bem vinda”	Realizar encontros de gestantes a partir da 28ª semana de gestação, com equipe multidisciplinar, com temas que abordam a gestação, amamentação, nutrição, cuidados	Nº de encontros realizados na Maternidade do Município	Rede Alyne/Ate4nção Especializada / APS/RUE-SMS	-	2026

	com RN, visita guiada na Maternidade e entrega de Kits				
Ampliar a oferta do Curso de Boas Práticas para o comércio de alimentos do município	Alcançar 80% dos estabelecimentos de produção e comércio de alimentos do município (empreendedores e trabalhadores)	Número de estabelecimentos ativos alcançados em versões anteriores do Curso de Boas Práticas	VISA/SMS	DDE/SMG SRT SECOP	2029
Implantar o Programa de Educação Alimentar para famílias de baixa renda	Alcançar 100% das famílias de baixa renda cadastradas - SMS e SMADS	Número de famílias capacitadas	VISA/SMS	SMS SMDAS SECOP	2029
Implantar o Programa de Boas Práticas na produção de alimentos para instituições que promovem atendimento e acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade	Capacitar 100% das instituições elencadas	Número de instituições capacitadas	VISA/SMS	SMDAS SECOP	2029
Promover Cursos de Boas Práticas na produção e distribuição de alimentos para CRECHES e EDUCAÇÃO INFANTIL	Capacitar 100% das instituições elencadas	Número de instituições capacitadas	VISA/SMS	SME SECOP	2029
Implantar o Programa de certificação de “Parceiros da Qualidade”, selo incentivando estabelecimentos que	Certificar 50% dos estabelecimentos avaliados	Número de estabelecimentos certificados			2029

cumprem os requisitos estabelecidos para um sistema de gestão da qualidade na produção e comercialização de alimentos no município			VISA/SMS	DDE/SMG SECOP	
Ampliar o Programa de Monitoramento de Diarreias, para recebimento semanal de dados de ocorrência do PS, PA de Palmeiras e UPA Jardim Revista.	Receber 100% dos dados de ocorrência semanal de diarreias.	Percentual de dados recebidos semanalmente	VE/SMS	AB/SMS VISA/SMS SMA	2029